

Cromossomo Participações III S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	10
Demonstrações de resultados	12
Demonstrações de resultados abrangentes	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	16



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas do
Cromossomo Participações III S.A.**

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cromossomo Participações III S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cromossomo Participações III S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Cromossomo Participações III S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Combinação de negócios - Controladora e Consolidado

Veja as notas explicativas nº 2 e 12 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como o assunto foi endereçado na auditoria
Conforme descrito na nota explicativa 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e sua controlada adquiriram participações em outras empresas, obtendo seu controle. As estimativas associadas com a contabilização de uma aquisição de combinação de negócios envolvem premissas relevantes na determinação do valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos. Devido às incertezas relacionadas as premissas e estimativas utilizadas para mensuração dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos que podem resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) revisão dos contratos de compra e venda; (ii) análise, com auxílio de especialistas internos em finanças corporativas, da metodologia utilizada para mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, incluindo as premissas utilizadas pela Companhia e sua controlada; (iii) comparação dos valores apurados nos relatórios de alocação do preço pago na combinação de negócio com os respectivos saldos contábeis; e (iv) avaliação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas considerando os requerimentos dos pronunciamentos contábeis correspondentes. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o reconhecimento e divulgação das combinações de negócios no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valor recuperável do ágio por rentabilidade futura - Controladora e Consolidado

Veja as notas explicativas nº 12 e 14 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como o assunto foi endereçado na auditoria
Em 31 de dezembro de 2019 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia incluíam ágio na aquisição de empresas e ágio em empresas incorporadas, respectivamente no montante total líquido de R\$ 12.943 mil e R\$ 1.006.153 mil, cuja recuperabilidade está fundamentada na expectativa de fluxos de caixa futuros estimados. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB), ativos intangíveis sem vida útil definida precisam ser testados para fins de recuperabilidade anualmente. Para elaborar as projeções de fluxos de caixa futuros, a Companhia e sua controlada identificam as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) e adota premissas tais como as taxas de crescimento dos negócios, as projeções de fluxo de caixa e as respectivas taxas de descontos aplicadas sobre os fluxos financeiros esperados. Devido as incertezas relacionadas as premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa futuros que podem resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos esse assunto significativo em nossos trabalhos de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento sobre a preparação e revisão dos estudos técnicos e análises ao valor recuperável disponibilizados pela Companhia e sua controlada; (ii) análise, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas utilizadas pela Companhia e sua controlada, especialmente as relativas às taxas de crescimento dos negócios, às projeções de fluxo de caixa e às respectivas taxas de descontos, e comparação das premissas utilizadas pela Companhia e sua controlada, quando disponíveis, com dados obtidos de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e taxas de desconto; e (iii) análise das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o saldo de ágio por rentabilidade futura, assim como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Reconhecimento da receita - Consolidado

Veja a nota explicativa nº 5.c e 24 das demonstrações financeiras consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como o assunto foi endereçado na auditoria
Em 31 de dezembro de 2019 as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluíam na rubrica de Receita operacional líquida o montante de R\$ 4.365.523 mil. As receitas das controladas da Companhia são oriundas de prestação de serviços e o reconhecimento é efetuado com base nos serviços realizados até à data do balanço, para os quais é necessário determinar o montante da receita a ser reconhecida, considerando os serviços prestados e faturados e os serviços prestados porém ainda não faturados, e a estimativa das perdas com procedimentos efetuados mas não aprovados pelos planos e operadoras de saúde (denominadas “glosas”). As controladas da Companhia revisam periodicamente o histórico de perdas com glosas com o objetivo de mensurar e reconhecer essas perdas. Devido à relevância dos montantes no processo de reconhecimento das receitas de prestação de serviços bem como às características inerentes ao processo de determinação das estimativas relacionadas à mensuração das perdas estimadas com glosas, entendemos que esses assuntos são significativos em nossos trabalhos de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento sobre o processo e adequação das políticas contábeis adotadas pelas controladas da Companhia para o reconhecimento de receita, especificamente os relacionados ao faturamento dos serviços prestados e à mensuração dos serviços prestados e ainda não faturados (receitas a faturar); (ii) reconciliação dos relatórios de faturamento para o período de janeiro a dezembro de 2019 com o saldo contábil de receita reconhecida nas demonstrações financeiras; (iii) realização de testes documentais, em base amostral, sobre a existência da receita de serviços faturados e a faturar no fim do exercício, avaliando o momento do reconhecimento da receita e montantes reconhecidos; (iv) avaliação da existência de tendências não usuais que poderiam indicar erros materiais no reconhecimento da receita; (v) análise das premissas relacionadas a glosas de planos de saúde, bem como critérios para mensuração das perdas estimadas com glosas e sua aderência às políticas contábeis das controladas da Companhia; (vi) realização de recálculo das provisões para perdas com glosas em 31 de dezembro de 2019; e (vii) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento de receitas de prestação de serviços, bem como os saldos das provisões para perdas estimadas com glosas e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Adoção inicial do novo pronunciamento contábil CPC 06 (R2) e IFRS 16 - Arrendamentos

Veja a nota explicativa nº 5.o e 17 das demonstrações financeiras consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como o assunto foi endereçado na auditoria
As controladas da Companhia mantêm compromissos relevantes decorrentes de contratos de arrendamentos de unidades de atendimento, armazéns, além de imóveis como sedes administrativas e núcleos técnicos operacionais. O novo pronunciamento contábil CPC 06 (R2) e IFRS 16 - Arrendamentos, introduziu requerimentos contábeis complexos servindo de base para mensuração do direito de uso de um ativo, assim como do passivo de arrendamento. A determinação se um contrato contém um arrendamento e a sua classificação de arrendamento mercantil envolve julgamento relevante e estão principalmente relacionadas ao prazo de arrendamento, o que inclui julgamentos da administração sobre direitos de renovações e/ou cancelamento de contratos. A determinação das premissas usadas na mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento estão principalmente relacionadas à taxa de desconto, que inclui julgamentos por parte da administração para definição da taxa incremental que está associada a incertezas relacionadas com as premissas e estimativas para a sua determinação que pode resultar em ajuste matéria nos saldos contábeis. Devido ao julgamento inerente ao processo de mensuração do ativo de contrato e do passivo de arrendamento, bem como pelas incertezas relacionadas as premissas utilizadas poderem impactar significativamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação, com o auxílio de especialistas internos em finanças corporativas, das premissas utilizadas na determinação das taxas de desconto, incluindo a comparação das premissas usadas pelas controladas da Companhia com os dados obtidos externamente, e análise de sensibilidade sobre as premissas mais significativas utilizadas e os impactos de possíveis mudanças em tais premissas relacionadas à taxas de desconto; (ii) avaliação, com base em uma amostra de contratos, da determinação do prazo de arrendamento e dos valores considerados na mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento determinados pelas controladas da Companhia, incluindo análise das cláusulas de renovação em função dos fatos e circunstâncias relevantes que pudessem criar incentivos econômicos para o seu exercício; e (iii) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relacionadas à adoção do CPC 06 (R2) e IFRS 16 - Arrendamentos. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento, assim como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza

relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

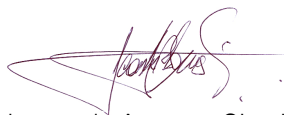
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de maio de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Leonardo Augusto Giusti
Contador CRC 1SP203952/O-9

Cromossomo Participações III S.A.
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro 2019 e 2018
(Expresso em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	58.271	30.107	626.106	574.877
Aplicações financeiras	8	-	-	309.831	536.392
Contas a receber de clientes	9	-	-	983.898	780.309
Estoque	10	-	-	104.638	85.090
Tributos a recuperar	11	25.078	5.195	251.633	271.283
Dividendos a receber	23.f	132.067	138.768	-	-
Adiantamentos		-	18	-	18
Despesas antecipadas		-	-	7.178	7.758
Outros créditos		6.100	6.100	79.554	79.325
		221.516	180.188	2.362.838	2.335.052
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	9	-	-	7.159	8.435
Tributos diferidos	28	-	-	224.385	169.095
Depósitos judiciais	21	-	-	84.201	79.466
Aplicações financeiras	8	-	-	130	-
Aplicações financeiras vinculadas	20	-	-	41.364	43.818
Outros créditos		3.050	9.150	12.978	20.899
		3.050	9.150	370.217	321.713
Permanente					
Investimentos	12.1	957.955	989.911	5.570	3.980
Imobilizado	13	-	-	1.299.959	1.012.339
Direito de uso	17.b	-	-	888.042	-
Intangível	14	-	-	2.425.195	2.085.046
		957.955	989.911	4.618.766	3.101.365
		961.005	999.061	4.988.983	3.423.078
Total do ativo		1.182.521	1.179.249	7.351.821	5.758.130

Cromossomo Participações III S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2019 e 2018
(Expresso em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Passivo circulante					
Fornecedores	15	-	-	393.650	360.817
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	75.549	281.759
Debêntures	18	-	-	152.589	165.741
Tributos a recolher		27.126	11	144.547	46.073
Impostos renda e contribuição social a pagar				38.741	-
Obrigações com pessoal		-	-	226.736	232.469
Impostos parcelados	19	-	-	4.994	5.714
Contas a pagar por aquisições de controladas	20	4.977	-	109.088	53.720
Dividendos a pagar		-	-	52.869	38.609
Passivos de arrendamentos	17.b	-	-	127.160	-
Pagamento baseado em ações	22	-	-	150.773	-
Outras contas a pagar e provisões		-	-	30.965	85.588
		32.103	11	1.468.920	1.270.490
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	40.244	88.983
Debêntures	18	3.188.865	2.994.352	5.752.262	5.001.145
Impostos parcelados	19	-	-	11.538	15.399
Tributos diferidos	28	-	-	147.995	174.748
Provisão para contingências	21	-	-	140.580	122.051
Contas a pagar por aquisições de controladas	20	-	-	299.620	88.614
Fornecedores	15	-	-	23.264	31.869
Passivos de arrendamentos	17.b	-	-	788.265	-
Pagamento baseado em ações	22	-	-	60.831	102.126
Provisão para perda em investimento	12.2	7.795	-	-	-
Outras contas a pagar e provisões		-	-	78.281	27.568
		3.196.660	2.994.352	7.342.880	5.652.503
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Capital social	23	1.273.863	1.274.363	1.273.863	1.274.363
Reservas de capital		(634.965)	(634.965)	(634.965)	(634.965)
Prejuízo acumulado		(2.517.578)	(2.382.946)	(2.517.578)	(2.382.946)
Outros resultados abrangentes		(167.562)	(71.566)	(167.562)	(71.566)
Participação de acionistas não controladores		-	-	586.263	650.251
		(2.046.242)	(1.815.114)	(1.459.979)	(1.164.863)
Total do passivo e patrimônio líquido		1.182.521	1.179.249	7.351.821	5.758.130

Cromossomo Participações III S.A.
Demonstrações de resultados para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Expresso em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Receita operacional, líquida	24	-	-	4.365.523	3.933.451
Custo dos serviços prestados	25	-	-	(2.818.516)	(2.536.680)
Lucro bruto		-	-	1.547.007	1.396.771
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	26	(27.450)	(803)	(1.253.942)	(1.028.943)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(767)	(777)	(1.044)	(16.756)
		(28.217)	(1.580)	(1.254.986)	(1.045.699)
(Prejuízo) lucro antes das despesas financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos		(28.217)	(1.580)	292.021	351.072
Resultado financeiro, líquido					
Receitas financeiras	27	2.383	2.635	92.657	51.193
Despesas financeiras	27	(200.522)	(223.959)	(550.511)	(424.172)
		(198.139)	(221.324)	(457.854)	(372.979)
Resultado de equivalência patrimonial	12.2	91.724	136.753	-	-
Resultado de equivalência patrimonial – Operações descontinuadas		-	-	-	(6.967)
		(134.632)	(86.151)	(165.833)	(28.874)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social					
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro – Correntes e Diferidos	28	-	-	17.800	(8.724)
Prejuízo líquido do exercício		(134.632)	(86.151)	(148.033)	(37.598)
Prejuízo líquido atribuído aos acionistas:					
Controladores		(134.632)	(86.151)	(134.632)	(86.151)
Não controladores		-	-	(13.401)	48.553
		(134.632)	(86.151)	(148.033)	(37.598)
Prejuízo por ação ordinária - básico (em R\$)	23.d	(0,11)	(0,07)	(0,12)	(0,03)
Quantidade de ações - básico (em milhares)		1.274.924	1.275.246	1.274.924	1.275.246

Cromossomo Participações III S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Expresso em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo líquido do exercício	(134.632)	(86.151)	(148.033)	(37.598)
Efeito na conversão de demonstrações financeiras de controlada indireta do exterior e CPC42 / IAS29 – Hiperinflação de controlada indireta	(75.972)	(6.085)	(75.972)	(6.085)
Resultado abrangente total	(210.604)	(92.236)	(224.005)	(43.683)
Resultado abrangente atribuído aos acionistas:				
Controladores	(210.604)	(92.236)	(210.604)	(92.236)
Não controladores	-	-	(13.401)	48.553
	(210.604)	(92.236)	(224.005)	(43.683)

Cromossomo Participações III S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Expresso em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Resultados abrangentes	Prejuízo acumulado	Total controladora	Acionista não controlador	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017		1.274.863	(634.965)	(65.481)	(2.296.795)	(1.722.378)	649.642	(1.072.736)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(86.151)	(86.151)	48.553	(37.598)
Redução de capital, conforme AGE de 15/05/2018		(500)	-	-	-	(500)	-	(500)
Patrimônio reflexo em controlada		-	-	(6.085)	-	(6.085)	(47.944)	(54.029)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		1.274.363	(634.965)	(71.566)	(2.382.946)	(1.815.114)	650.251	(1.164.863)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(134.632)	(134.632)	(13.401)	(148.033)
Redução de capital, conforme AGE de 09/05/2019	12	(500)	-	-	-	(500)	-	(500)
Efeito na conversão de demonstrações financeiras de controlada indireta do exterior e CPC42 / IAS29 – Hiperinflação de controlada indireta	23.a	-	-	(75.972)	-	(75.972)	-	(75.972)
	12.2 e							
Perda de participação em investimento em controlada	23.a	-	-	(20.024)	-	(20.024)	(50.587)	(70.611)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		1.273.863	(634.965)	(167.562)	(2.517.578)	(2.046.242)	586.263	(1.459.979)

Cromossomo Participações III S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa – Método Indireto para os Exercícios findos em 31
de dezembro de 2019 e 2018
(Expresso em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	(134.632)	(86.151)	(148.033)	(37.598)
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	-	-	532.699	259.804
Constituição e atualização de contingências	-	-	64.945	50.526
Impostos diferidos	-	-	(17.800)	(21.904)
Atualização de juros e variação cambial de empréstimos	194.422	214.240	360.909	355.952
Baixa residual de ativos imobilizados e intangíveis	-	-	6.737	2.247
Atualização de plano de opções	-	-	109.478	76.743
Resultado de equivalência patrimonial	(91.724)	(136.753)	-	-
Variação líquida da provisão de glosas e inadimplência	-	-	9.398	(30.113)
Atualização de juros e variação cambial de aplicações financeiras (Atualização) /provisão para perda de contas a receber de venda de participação societária	-	-	(17.298)	(12.864)
-	-	-	(14.315)	(5.026)
Perda por glosas e inadimplência	-	-	106.268	166.658
Atualização de depósito judiciais	-	-	(902)	6.419
Provisão para perda de estoques	-	-	23.088	(345)
Atualização de créditos tributários	(266)	(399)	(266)	(399)
Custo da transação da aquisição de controladas	-	-	-	1.050
Juros sobre arrendamento mercantil - IFRS 16	-	-	91.744	-
Resultado na venda de investimentos	-	-	-	(7.751)
(Aumento) redução de contas a receber e outras contas a receber	-	-	(266.963)	(248.474)
(Aumento) redução de estoques	-	-	(40.701)	658
(Aumento) redução em outros ativos circulantes	(19.599)	8	14.788	(97.066)
(Aumento) redução em outros ativos não circulantes	6.101	-	5.177	2.085
Aumento (redução) em fornecedores	-	-	(1.038)	18.282
Aumento (redução) das contas a pagar e provisões	27.206	21.377	(130.363)	75.867
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(20.182)	(12.097)
Fluxo de caixa (usados nas) proveniente das atividades operacionais	(18.492)	12.322	667.370	542.654
Fluxo de caixa de atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(410.154)	(224.672)
Aquisição de ativo intangível	-	-	(94.595)	(74.973)
Aumento de capital em controladas	(90.368)	-	-	-
Alteração no patrimônio de aquisição de controladas	-	-	-	(20.644)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	-	-	-	3.503
Aquisição de controlada menos caixa líquido	(1.244)	-	(308.314)	(197.299)
Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebido	138.768	-	-	-
Aplicações financeiras	-	-	(959.601)	(1.084.773)
Resgate de aplicações financeiras	-	-	1.199.507	658.360
Venda de participação societária	-	-	48.542	14.781
Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos	47.156	-	(524.615)	(925.717)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos				
Empréstimos tomados e debêntures	-	2.912.579	914.561	4.311.171
Pagamento de empréstimos e debêntures	-	(2.178.600)	(612.468)	(2.858.648)
Juros pagos sobre empréstimos e debêntures	-	(732.232)	(194.764)	(847.286)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	-	-	(175.000)
Redução de capital	(500)	(500)	(500)	(500)
Pagamento de arrendamento mercantil - IFRS 16	-	-	(198.355)	-
Caixa proveniente das atividades de financiamentos	(500)	1.247	(91.526)	429.737
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	28.164	13.569	51.229	46.674
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	30.107	16.538	574.877	528.203
No fim do exercício	58.271	30.107	626.106	574.877
	28.164	13.569	51.229	46.674

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Cromossomo Participações III S.A., (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital nacional fechado com sede social na Cidade e Estado de São Paulo, localizada na Rua Joaquim Floriano, nº 413, conj. 112, Parte B, Itaim Bibi, CEP 04534-011, cuja finalidade é a participação no capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior, na qualidade de quotista ou acionista.

Em 20 de janeiro de 2014 a Companhia passou a ser controladora direta da Cromossomo Participações II S.A. ao qual foi utilizada como veículo na aquisição e obtenção do controle da Diagnósticos da América S.A. (DASA) que ocorreu em 10 de fevereiro de 2014.

Em 20 de dezembro de 2017 a Diagnóstico da América S.A. (DASA) celebrou a incorporação reversa de sua controladora Cromossomo Participações II S.A., pela totalidade do patrimônio líquido da Cromossomo Participações II S.A., a valor contábil, passando a ser controlada pela Cromossomo Participações III S.A. Como resultado dessa operação, conforme instruções CVM 319 e 349, que dispõe sobre as operações de incorporação, fusão e cisão envolvendo companhia aberta, bem como ofícios circulares emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Cromossomo Participações II S.A. efetuou a baixa integral do ágio e ativos identificados quando da aquisição da DASA no montante de R\$ 1.853.301. Consequentemente, o reflexo dessa baixa de ágio e ativos identificados afetou o resultado de equivalência patrimonial da Companhia acarretando em prejuízo de R\$ 1.713.876 em 31.12.2017. Em função dessa reestruturação societária, o patrimônio líquido da Companhia passou a ser negativo.

A controlada Diagnósticos da América S/A “DASA”, está sediada na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo como objeto social principal a prestação de serviços de laboratórios clínicos e também a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, na qualidade de sócia, quotista ou acionista.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração avalia a capacidade da Companhia em liquidar a dívida atual e não tem conhecimento de incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

2 Aquisições de controladas (Combinação de negócios)

As informações sobre aquisições de controladas no exercício 2018, estão demonstradas na nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras de 2018.

Informação de aquisição realizada pela Companhia no exercício 2019:

- ALLBROKERS Brasil Corretora de Seguros Ltda.

A Companhia adquiriu em 07 de novembro de 2019, 100% do capital social da ALLBROKERS Brasil Corretora de Seguros Ltda. (“ALLBROKERS”), sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A ALLBROKERS é uma empresa especializada em gestão de benefícios.

O valor inicial de aquisição da ALLBROKERS registrado pela Companhia foi de R\$ 6.221, que é composto de: (i) parcela à vista de R\$ 1.244 em 08 de novembro de 2019, data de assinatura do contrato de compra e venda e (ii) parcela de R\$ 4.977 na data do fechamento contrato.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, denominado acervo líquido, que foram inicialmente considerados pela Companhia na determinação preliminar dos impactos da aquisição:

Ativo		Passivo	
Circulante	763	Circulante	7.216
Caixa e equivalentes de caixa	332	Fornecedores	158
Clientes	281	Empréstimos e financiamentos	6250
Impostos a recuperar	113	Salários/Encargos a pagar	541
Outros créditos	37	Impostos a pagar	228
		Outras contas a pagar	39
		Patrimônio líquido	(6.453)
Total do ativo	763	Total do passivo e patrimônio líquido	763

A Companhia registrou o valor dessa combinação de negócios provisoriamente com base no valor contábil do patrimônio líquido adquirido, ao qual foi determinado ágio de R\$ 12.943, sendo o preço de aquisição de R\$ 6.221, do patrimônio líquido de R\$ (6.453).

Informações sobre aquisições de investimentos, realizadas pela controlada DASA no exercício 2019:

Aquisições no exercício de 2019

- DB Genética Serviços Laboratoriais Ltda.

A DASA adquiriu em 01 de fevereiro de 2019, 75% do capital social de DB Genética Serviços Laboratoriais Ltda., (“DB Genética”), sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A DB Genética tem como objetivo a pesquisa e desenvolvimento com foco em inovação, assim tornar os exames genéticos mais acessíveis à população, tanto do ponto de vista econômico, como a otimização de custos aliada a altos padrões de qualidade, quanto pela produção de conteúdos e resultados compreensíveis, que permitam o entendimento direto pelos próprios consumidores.

O valor inicial de aquisição da DB Genética registrado pela DASA foi de R\$ 11.438, que é composto de: (i) parcela à vista de R\$ 4.575 em 01 de fevereiro de 2019, data de aquisição; e (ii) quatro parcelas anuais corrigidas pela variação de 100% do CDI sendo: 1ª. parcela de R\$ 1.716 em 03 de fevereiro de 2020, 2ª. parcela de R\$ 1.716 em 01 de fevereiro de 2021, 3ª. parcela de R\$ 1.716 em 01 de fevereiro de 2022 e a 4ª. parcela de R\$ 1.716 em 01 de fevereiro de 2023.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, denominado acervo líquido, que foram inicialmente considerados pela DASA na determinação preliminar nos impactos da aquisição:

Ativo		Passivo	
Circulante	1.219	Circulante	571
Caixa e equivalentes de caixa	288	Salários/Encargos a pagar	193
Outros créditos	931	Impostos a pagar	67
		Outras contas a pagar	311
Não circulante - Imobilizado	335	Patrimônio líquido	983
Total do ativo	1.554	Total do passivo e patrimônio líquido	1.554

A DASA registrou o valor dessa combinação de negócios com base no valor contábil do patrimônio líquido adquirido, ao qual foi determinado ágio de R\$ 7.631, sendo o preço de aquisição de R\$ 11.438, do patrimônio líquido de R\$ 983, ativos intangíveis identificados de R\$ 2.824.

- Dresch Martinhago Clínica Médica S/S Ltda.

A DASA adquiriu em 22 de fevereiro de 2019, 100% do capital social de Dresch Martinhago Clínica Médica S/S Ltda. ("Dresch"), sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Dresch tem como objetivo a exploração de atividade clínica médica especializada em genética humana, atividade de complementação de diagnóstica e terapêutica.

O valor inicial de aquisição da Dresch registrado pela DASA foi de R\$ 16.283, que é composto de: (i) parcela à vista de R\$ 8.141 em 22 de fevereiro de 2019, data de aquisição; e (ii) três parcelas anuais corrigidas pela variação de 100% do CDI sendo: 1ª. parcela de R\$ 2.714 em 24 de fevereiro de 2020, 2ª. parcela de R\$ 2.714 em 22 de fevereiro de 2021 e a 3ª. parcela de R\$ 2.714 em 22 de fevereiro de 2022.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, denominado acervo líquido, que foram inicialmente considerados pela DASA na determinação preliminar dos impactos da aquisição:

Ativo		Passivo	
Circulante	827	Circulante	942
Caixa e equivalentes de caixa	144	Salários/Encargos a pagar	311
Clientes	648	Impostos a pagar	407
Outros créditos	35	Outros créditos	224
Não circulante - Imobilizado	568	Patrimônio líquido	453
Total do ativo	1.395	Total do passivo e patrimônio líquido	1.395

A DASA registrou o valor dessa combinação de negócios com base no valor contábil do patrimônio líquido adquirido, ao qual foi determinado ágio de R\$ 11.262, sendo o preço de aquisição de R\$ 16.283, patrimônio líquido de R\$ 453 e ativos intangíveis identificados de R\$ 4.568.

- Laboratório de Análises Clínicas de Itu Ltda., Laboratório em Análises Clínicas Ltda. e Campos Medicina Diagnóstica Ltda.

A DASA adquiriu em 09 de maio de 2019, 100% do capital social das seguintes sociedades: (i) Laboratório de Análises Clínicas de Itu Ltda. (“Itulab”), sociedade com sede na cidade de Itu, Estado de São Paulo. A Itulab conta com diversos tipos de serviços como a coleta domiciliar e empresarial. Além das análises clínicas possui uma unidade especializada em diagnósticos por imagem; (ii) Laboratório em Análises Clínicas Ltda. (“Unibio”), sociedade com sede na cidade de Capivari, Estado de São Paulo. A Unibio conta com diversos tipos de serviços como a coleta domiciliar e empresarial; e (iii) Campos Medicina Diagnóstica Ltda. (“C.M.D.”), sociedade com sede na cidade de Itu, Estado de São Paulo. O C.M.D. está localizado dentro do Hospital São Camilo de Itu, atendendo pacientes do hospital na realização dos exames laboratoriais de urgência e emergência, além de atender pacientes do hospital, está à disposição de toda a população ituana para a realização de exames de análises clínicas.

O valor total das aquisições registrado pela DASA foi de R\$ 10.190, correspondente das quotas do capital social da Itulab R\$ 5.289, Unibio R\$ 2.227 e C.M.D. R\$ 2.674, sendo: (i) o montante de R\$ 6.054 foi pago à vista; (ii) R\$ 4.136 será pago em três parcela iguais e anuais e consecutivas, sendo que a primeira parcela será paga um ano após a data de aquisição e estão vinculada ao atingimento de determinadas condições de desempenho, as quais serão corrigidas pela variação de 100% do CDI, desde a data de assinatura de contrato até a data do seu efetivo pagamento.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, denominado acervo líquido, que foram inicialmente considerados pela DASA na determinação preliminar dos impactos da aquisição:

ATIVO	ITULAB	UNIBIO	CMD	PASSIVO	ITULAB	UNIBIO	CMD
Circulante	450	2.308	856	Circulante	7.296	759	1.627
Caixa e equivalentes de caixa	116	23	38	Fornecedores	1.804	120	811
Clientes	330	275	-	Empréstimos e financiamentos	258	-	96
Outros créditos	4	2.010	818	Salários/Encargos a pagar	88	86	90
				Impostos a pagar	85	61	541
				Impostos parcelados	551	319	89
Não circulante	1.546	6	-	Outras contas a pagar	4.510	173	-
Imobilizado	1.546	6	-				
				Não circulante	10.813	-	-
				Impostos parcelados	74	-	-
				Provisão para Contingências	10.739	-	-
				Patrimônio líquido e			
				Patrimônio líquido (negativo)	(16.113)	1.555	(771)
Total do ativo	1.996	2.314	856	Total do passivo e patrimônio líquido	1.996	2.314	856

A DASA registrou o valor dessa combinação de negócios provisoriamente com base no valor contábil do patrimônio líquido adquirido, ao qual foi determinado ágio prévio da seguinte forma:

	ITULAB	UNIBIO	CMD (a)
Preço de aquisição	5.289	2.227	2.674
Patrimônio líquido e Patrimônio líquido (negativo)	(16.113)	1.555	(771)
Ativos intangíveis identificados	1.583	750	639
Ágio reconhecido	19.819	(78)	2.806

(a) Empresas incorporadas conforme nota explicativa nº 3.

- Laboratório Chromatox Ltda.

A DASA adquiriu em 04 de junho de 2019, 100% do capital social do Laboratório Chromatox Ltda. ("Chromatox"), sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O foco da Chromatox é totalmente voltado ao exame toxicológico para o mercado de habilitação de motoristas (CNH), além dos exames toxicológicos admissionais e demissionais para concursos públicos ou particulares.

O valor inicial de aquisição da Chromatox registrado pela DASA foi de R\$ 45.000, que é composto de: (i) parcela à vista de R\$ 22.500 em 04 de junho de 2019, data de aquisição; e (ii) duas parcelas anuais corrigidas pela variação de 110% do CDI sendo: 1ª. parcela de R\$ 11.250 em 04 de junho de 2020 e a 2ª. parcela de R\$ 11.250 em 04 de junho de 2021.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, denominado acervo líquido, que foram inicialmente considerados pela DASA na determinação preliminar dos impactos da aquisição:

Ativo		Passivo	
Circulante	9.603	Circulante	2.075
Caixa e equivalentes de caixa	7.185	Salários/Encargos a pagar	853
Clientes	1.077	Impostos a pagar	178
Impostos a recuperar	192	Outros	1.890
Outros créditos	1.149		
Não circulante	4.503	Patrimônio líquido	11.185
Imobilizado	4.503		
Total do ativo	14.106	Total do passivo e patrimônio líquido	14.106

A DASA registrou o valor dessa combinação de negócios provisoriamente com base no valor contábil do patrimônio líquido adquirido, ao qual foi determinado ágio prévio de R\$ 15.313, sendo o preço de aquisição de R\$ 45.000, Patrimônio Líquido de R\$ 11.185 e ativos intangíveis identificados de R\$ 18.502.

- Diagnóstico Maipú por Imágenes S.A.

A DASA adquiriu em 10 de julho de 2019, 100% do capital social da Diagnóstico Maipú por Imágenes S.A. ("Maipú"), sociedade com sede na cidade de Buenos Aires, Argentina. A Maipú tem como objetivo

a realização de serviços auxiliares de apoio diagnósticos nas áreas de diagnóstico por imagem, anatomia patológica, medicina nuclear e análises clínicas.

O valor inicial de aquisição da Maipú registrado pela DASA foi de R\$ 441.055 (equivalente a US\$ 117.000 mil), que é composto de: (i) parcela à vista de R\$ 225.842 (equivalente a US\$ 59.794 mil) em 10 de julho de 2019, data de aquisição; (ii) duas parcelas anuais sendo 1ª. parcela de R\$ 40.170 (equivalente a US\$ 9.966 mil em 31 de dezembro de 2019) com data de vencimento em 10 de julho de 2020 e 2ª. parcela de R\$ 40.170 (equivalente a US\$ 9.966 mil em 31 de dezembro de 2019) com data de vencimento em 10 de julho de 2021, sendo que as parcelas poderão ser ajustadas de acordo com a variação da dívida líquida; e (iii) parcela diferida de R\$ 150.244 (equivalente a US\$ 37.275 mil em 31 de dezembro de 2019) vinculada ao atingimento de determinadas condições de desempenho ao qual, por meio das projeções de resultados, a DASA entende que serão atingidas.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, denominado acervo líquido, que foram inicialmente considerados pela DASA na determinação preliminar dos impactos da aquisição:

Ativo		Passivo	
Circulante	59.993	Circulante	44.747
Clientes	41.827	Fornecedores	16.263
Impostos a recuperar	3.414	Empréstimos e financiamentos	10.137
Outros créditos	14.752	Salários/Encargos a pagar	9.938
		Imposto de renda e contribuição social	4.507
		Impostos a pagar	1.432
		Outras contas a pagar	2.470
Não circulante	82.168	Não circulante	289
Realizável a longo prazo:		Empréstimos e financiamentos	246
Depósitos judiciais	72	Provisão para contingências	43
Imobilizado	81.469		
Intangível	627		
		Patrimônio líquido	97.125
Total do ativo	142.161	Total do passivo e patrimônio líquido	142.161

A DASA registrou o valor dessa combinação de negócios provisoriamente com base no valor contábil do patrimônio líquido adquirido, ao qual foi determinado ágio prévio de R\$ 146.444, sendo o preço de aquisição de R\$ 441.055, Patrimônio Líquido de R\$ 97.125 e ativos intangíveis identificados de R\$ 197.486.

- CPCLIN – Centro de Pesquisa Clinicas Ltda.

A DASA adquiriu em 26 de agosto de 2019, 80% do capital social da CPCLIN – Centro de Pesquisa Clinicas Ltda. (“CPCLIN”), sociedade com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A CPCLIN é um centro de pesquisa clínica privado com o maior número de projeto do país.

O valor inicial de aquisição da CPCLIN registrado pela DASA foi de R\$ 6.640, que é composto de: (i) parcela à vista de R\$ 3.320 em 26 de agosto de 2019, data de aquisição e (ii) parcela de R\$ 3.320 que será corrigida pela variação de 100% do CDI desde a data do contrato até a data do pagamento, em 26 de agosto de 2020.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, denominado acervo líquido, que foram inicialmente considerados pela DASA na determinação preliminar dos impactos da aquisição:

Ativo		Passivo	
Circulante	704	Circulante	191
Caixa e equivalentes de caixa	403	Salários/Encargos a pagar	106
Clientes	277	Imposto de renda e contribuição social	72
Impostos a recuperar	24	Impostos a pagar	13
Não circulante	321		
Imobilizado	321	Patrimônio líquido	834
Total do ativo	1.025	Total do passivo e patrimônio líquido	1.025

A DASA registrou o valor dessa combinação de negócios provisoriamente com base no valor contábil do patrimônio líquido adquirido, ao qual foi determinado o ágio prévio de R\$ 2.326, sendo o preço de aquisição de R\$ 6.640 e 80% do Patrimônio Líquido R\$ 667 e ativos intangíveis identificados de R\$ 3.647.

- Genia – Genética Molecular Ltda., Nobeloy S.A., Optiren S.A., e Genia S.A.

A DASA adquiriu em 18 de dezembro de 2019, 100% do capital social das seguintes sociedades: (i) Genia – Genética Molecular Ltda., com sede na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul; (ii) Nobeloy S.A., com sede na cidade de Montevidéu, Uruguai; (iii) Optiren S.A., com sede na cidade de Montevidéu, Uruguai e (iv) Genia S.A., com sede na cidade de Buenos Aires, Argentina.

O valor total das aquisições registradas pela DASA foi de R\$ 34.525 (equivalente a US\$ 8.508 mil), correspondente a totalidade das quotas e ações do capital social das sociedades com a seguinte distribuição: Genia – Genética Molecular Ltda. R\$ 8.485 (equivalente a US\$ 2.091 mil), Nobeloy S.A. R\$ 14.852 (equivalente a US\$ 3.660 mil), Optiren S.A. R\$ 430 (equivalente a US\$ 106 mil) e Genia S.A. R\$ 10.758 (equivalente a US\$ 2.651 mil). Sendo que Genia – Genética Molecular Ltda. foi pago 100% à vista na data do fechamento do contrato, e as demais sociedades da seguinte forma: 45% à vista, na data do fechamento do contrato, 25% no dia 18 de dezembro de 2020, 15% no dia 18 de dezembro de 2021, 7,5% no dia 18 de dezembro de 2022 e 7,5% no dia 28 de dezembro de 2023.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, denominado acervo líquido, que foram inicialmente considerados pela DASA na determinação preliminar dos impactos da aquisição:

Cromossomo Participações III S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019

ATIVO	GENIA GM	Nobeloy	Optiren	GENIA S.A.	PASSIVO	GENIA GM	Nobeloy	Optiren	GENIA S.A.
Circulante	1.345	4.001	2.660	1.626	Circulante	941	4.598	3.255	1.269
Caixa e equivalentes de caixa	852	29	106	370	Fornecedores	60	1.842	1.730	1.175
Clientes	404	2.451	1.344	936	Salários/Encargos a pagar	122	138	128	29
Estoques	-	673	1.097	165	Impostos a pagar	268	1.087	238	61
Impostos a recuperar	17	840	-	155	Outras contas a pagar	491	1.531	1.159	4
Outros créditos	72	8	113	-					
Não circulante	106	1.136	85	68	Patrimônio líquido	510	539	(510)	425
Outros créditos	-	41	2	-					
Investimentos	-	-	-	-					
Imobilizado	100	644	83	639					
Intangível	6	451	-	(571)					
Total do ativo	1.451	5.137	2.745	1.694	Total do passivo e patrimônio líquido	1.451	5.137	2.745	1.694

A DASA registrou o valor dessa combinação de negócios provisoriamente com base no valor contábil do patrimônio líquido adquirido, ao qual foi determinado ágio prévio da seguinte forma:

	GENIA GM	Nobeloy	Optiren	GENIA S.A.
Preço de aquisição	8.485	14.852	430	10.758
Patrimônio líquido	510	539	(510)	425
	<u>7.975</u>	<u>14.313</u>	<u>940</u>	<u>10.333</u>

- Laboratório Bioclínico MS Ltda.

A DASA adquiriu em 26 de dezembro de 2019, 80% do capital social do Laboratório Bioclínico MS Ltda., sociedade com sede na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul. O valor inicial de aquisição da Bioclínico registrado pela DASA foi de R\$ 40.991, que é composto de: (i) parcela à vista de R\$ 24.596 em 26 de dezembro de 2019, data de aquisição e (ii) três parcelas anuais corrigidas pela variação de 100% do CDI sendo: 1ª parcela de R\$ 5.465 em 26 de dezembro de 2020; 2ª parcela de R\$ 5.465 em 26 de dezembro de 2021 e a 3ª parcela de R\$ 5.465 em 26 de dezembro de 2022.

A seguir são resumidos os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição, denominado acervo líquido, que foram inicialmente considerados pela DASA na determinação preliminar dos impactos da aquisição:

Ativo		Passivo	
Circulante	4.908	Circulante	1.637
Caixa e equivalentes de caixa	3.519	Fornecedor	818
Clientes	1.166	Salários/Encargos a pagar	269
Impostos a recuperar	43	Imposto de renda e contribuição social	294
Outros créditos	180	Outras	256
Não circulante	2.145	Patrimônio líquido	5.416
Investimentos	110		
Imobilizado	1.988		
Intangível	47		

Total do ativo	<u><u>7.053</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>7.053</u></u>
-----------------------	---------------------	--	---------------------

A DASA registrou o valor dessa combinação de negócios provisoriamente com base no valor contábil do patrimônio líquido adquirido, ao qual foi determinado o ágio prévio de R\$ 36.658, sendo o preço de aquisição de R\$ 40.991, e 80% do Patrimônio Líquido de R\$ 4.333.

3 Reestruturação societária - Incorporação de controladas

A controlada DASA efetuou incorporações das seguintes controladas durante o exercício de 2019, onde os saldos de balanços das controladas incorporadas foram contabilizados juntamente com os números consolidados da DASA.

MOB - Em assembleia geral extraordinária realizada em 01 de abril de 2019, foi aprovado o Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado em 14 de março de 2019 entre as administrações da DASA e da sociedade incorporada MOB Laboratório de Análises Clínicas Ltda., sendo extinta e sucedida pela DASA, sem solução de continuidade, em todos os seus direitos e obrigações. A incorporação ocorreu em 01 de abril de 2019 com base nos saldos de 31 de março de 2019, cujo acervo líquido era de R\$ 11.672.

Chromosome - Em assembleia geral extraordinária realizada em 01 de outubro de 2019, foi aprovado o Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado em 12 de setembro de 2019 entre as administrações da DASA e da sociedade incorporada Chromosome Genética Serviços Laboratoriais Ltda., sendo extinta e sucedida pela DASA, sem solução de continuidade, em todos os seus direitos e obrigações. A incorporação ocorreu em 01 de outubro de 2019 com base nos saldos de 30 de setembro de 2019, cujo o acervo líquido era de R\$ 1.629.

CMD e UNIBIO - Em assembleia geral extraordinária realizada em 02 de dezembro de 2019, foi aprovado o Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado em 14 de novembro de 2019 entre as administrações da DASA e das sociedades incorporadas C.M.D. – Campos Medicina Diagnóstica Ltda. e UNIBIO – Laboratório em Análises Clínicas Ltda., sendo extintas e sucedidas pela DASA, sem solução de continuidade, em todos os seus direitos e obrigações. A incorporação ocorreu em 02 de dezembro de 2019 com base nos saldos de 30 de novembro de 2019, cujo o acervo líquido negativo da CMD era de R\$ 722 e acervo líquido da UNIBIO era de R\$ 1.900.

4 Base de preparação

4.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26 de maio de 2020.

4.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Notas explicativas nº 12 - investimentos: determinação se a Companhia e suas controladas detém de fato controle sobre uma investida;
- Nota explicativa nº 17 - arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento; e classificação de arrendamento mercantil.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 2 e 14 - aquisição de controlada (combinação de negócios): valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, mensurados em base provisória.
- Nota explicativa nº 9 – análise da provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa por glosa, inadimplência e cheques devolvidos;
- Nota explicativa nº 14 – revisão da vida útil dos ativos intangíveis e teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio.
- Nota explicativa nº 17 – determinação da taxa de desconto sobre arrendamento;
- Nota explicativa nº 21 – reconhecimento e mensuração de provisão para demandas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa nº 28 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota explicativa nº 29 – premissas utilizadas para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente a Diretoria Financeira e alta administração da Companhia.

Caso informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, são utilizadas para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos termos do pronunciamento técnico CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas utilizam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação, conforme demonstrada na nota explicativa nº 29 Instrumentos financeiros.

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças.

4.4 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócio são mensurados pelo valor justo; e;
- Os passivos para transações de pagamento baseado em ações liquidadas em dinheiro são mensurados pelo valor justo.

5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas pela Companhia e suas controladas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Abaixo apresentamos as principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas notas explicativas a seguir.

a. Base de consolidação

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa

são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações preexistentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(ii) Controladas

A Companhia controla uma empresa quando está exposto, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a empresa e tem a influência significativa de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a empresa.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de suas controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Companhia e suas controladas. As informações sobre as empresas controladas estão demonstradas na nota explicativa nº 12.

Controladas diretas	31/12/2019	31/12/2018
Diagnósticos da América S.A. – DASA	74,40%	74,17%
ALLBROKERS Brasil Corretora de Seguros Ltda.	100,00%	-

Controladas indiretas

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia controla indiretamente as empresas relacionadas abaixo por meio de sua Controlada Diagnósticos da América S.A.:

	Percentual de participação
Em 31 de dezembro 2019	
DASA Real Estate	99,99
CientíficaLab	99,99
Previlab	99,56
CRMI Petrópolis	70,00
Laboratório Gaspar	99,99
Salomão e Zoppi	100,00
Laboratório Santa Luzia	50,01
MOB Laboratório de Análises Clínicas	99,99
Laboratório Deliberato	99,99
Insitus	99,99
Padrão Ribeirão	90,00
Valeclin	100,00
Ruggeri	99,99
Maringá	99,99
São Camilo	99,99
Aliança	99,99
DB Genética	75,00
Chromosome - antiga Dresch	100,00
Itulab	99,99

Unibio	99,99
CMD	99,99
Chromatox	100,00
Maipú	100,00
CPCLIN	80,00
Genia – Genética moléculas	100,00
Genia	100,00
Nobeloy	100,00
Optiren	100,00
Bioclinico MS	80,00

(iii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia definiu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iv) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia deixa de reconhecer os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(v) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

(vi) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre as empresas do grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação

são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Para as controladas cuja a economia é considerada hiperinflacionária, é o caso da Maipú e Genia S.A. na Argentina, é utilizada a taxa de fechamento de câmbio na data do balanço na conversão para a moeda de apresentação do balanço e do resultado. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

c. Receita operacional

(i) Receitas de serviços

As receitas operacionais correspondem, substancialmente ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável e que benefícios econômicos futuros serão transferidos para Companhia e suas controladas, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao cliente e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas.

As receitas correspondentes à prestação de serviços são contabilizadas no resultado do exercício pelo regime de competência e com base nos valores contratados. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza na sua realização.

Os contratos celebrados entre a DASA e seus respectivos clientes contém substância comercial, uma vez que são aprovados pelas partes e possuem os direitos de cada parte, bem como as condições de pagamento identificadas.

A obrigação de desempenho nestes contratos refere-se à realização da análise clínica, iniciada com a coleta do material para posterior emissão do laudo diagnóstico, que fica disponível ao usuário clínico por meio do site ou para retirada em uma das unidades de atendimento.

d. Receita financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações cambiais ativas e recebíveis. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas com juros sobre debêntures, empréstimos bancários e financiamentos. Também integram este saldo, as variações cambiais passivas, despesas bancárias, imposto sobre operações financeiras, imposto de renda pago sobre remessa de juros ao exterior e ainda os juros sobre parcelamento de impostos, descontos financeiros concedidos a clientes, atualização de contingências.

e. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver, mensurado com base nas taxas de impostos vigentes na data do balanço.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e

- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico, pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são utilizados integralmente no processo de realização dos exames de análises clínicas e de diagnósticos por imagem. Uma provisão para obsolescência foi constituída para os itens sem movimentação há mais de 180 dias.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e suas controladas.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia e suas controladas obterão a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

Os métodos de depreciação, vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada ano fiscal e ajustados caso seja apropriado. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

h. Intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio resultante da aquisição de controladas é incluído em investimentos nas demonstrações financeiras da controlada. Na data de aquisição, o custo da aquisição é considerado pelo preço de compra, representa o valor justo de ativos e passivos assumidos ou incorridos, e incluindo qualquer custo relacionado a pagamento adicional contingente ou diferido. Custos relativos à transação são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O custo de aquisição é alocado aos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos baseados em seus respectivos valores justos, incluindo ativos e passivos que não estavam anteriormente reconhecidos no balanço patrimonial da entidade adquirida, como, por exemplo, ativos intangíveis como marca e contratos.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia e suas controladas tiverem a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam.

(iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado, o ágio não é amortizado. As vidas úteis estimadas estão divulgadas na nota explicativa nº 14.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada ano fiscal e ajustados caso seja apropriado.

i. Instrumentos financeiros

(i) Ativos e passivos financeiros - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia e suas controladas reconhecem o contas a receber de clientes e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro. A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

(ii) Ativos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR): (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(iii) Passivos financeiros não derivativos – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

j. Segregação entre circulante e não circulante

Com exceção dos impostos diferidos, a Companhia e suas controladas efetuaram a segregação de itens patrimoniais em circulante quando se espera que seja realizado até doze meses após a data das informações financeiras.

k. Benefícios a empregados

(i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(ii) Acordos de pagamento baseado em ações

O Plano em vigor insere-se na política de remuneração da Companhia com a finalidade de estimular a atuação dos beneficiários e incentivar seu comprometimento com os resultados da Companhia no curto, médio e longo prazo, bem como alinhar seus interesses com os dos acionistas.

O valor justo das outorgas aos beneficiários é reconhecido como despesa no resultado, proporcionalmente ao período incorrido dos contratos celebrados até as datas dos balanços.

l. Capital Social

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme termos do pronunciamento técnico CPC 32 / IAS 12.

(ii) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

(iii) Resultado por ação básico e diluído

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado e em circulação no respectivo exercício.

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se o lucro ou prejuízo e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição. Ações potenciais são instrumentos patrimoniais ou contratos capazes de resultar na emissão de ações, como títulos conversíveis e opções, incluindo opções de compra de ações por empregados, que tenham efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 e IAS 33.

m. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e suas controladas, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

n. Provisões

Caso a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os efeitos do

desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

o. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas aplicaram inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1)/IAS 17. Os detalhes das mudanças nas políticas contábeis estão divulgados abaixo.

Políticas contábeis aplicáveis antes de 1 de janeiro de 2019

No período comparativo, como arrendatário, a Companhia e suas controladas classificaram os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros em contrapartida do imobilizado. Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia e suas controladas. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento como despesas de alugueis.

Políticas contábeis aplicáveis a partir de 1 de janeiro de 2019

No início de um contrato, a Companhia e suas controladas avaliam se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia e suas controladas alocam a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas usam sua taxa de empréstimo incremental nominal como taxa de desconto.

Arrendamentos de ativos de baixo valor e de curto prazo

A Companhia e suas controladas optaram por utilizar alguns expedientes práticos ao aplicar o CPC 06 (R2)/IFRS 16 a arrendamentos anteriormente classificados como operacionais, em particular: (i) não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor; e (ii) arrendamentos de curto prazo, incluindo impressoras, empilhadeiras, máquinas de café, veículos e outros equipamentos. A Companhia e suas controladas reconhecem os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

A Companhia e suas controladas não possuem nenhuma transação de arrendamento como arrendador, por isso não foram identificados efeitos na aplicação da norma.

(iii) Impactos nas demonstrações financeiras

Como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16, em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, conforme nota explicativa nº 17, as controladas da Companhia reconheceram em 1º de janeiro de 2019 ativo de direito de uso no valor de R\$ 1.021.626, no consolidado, e passivos de arrendamento nos mesmos montantes. Os contratos de arrendamento referentes a itens de baixo valor ou com prazo inferior a 12 meses continuam sendo registrados como despesa do exercício de acordo com sua natureza.

p. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia e suas controladas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia e suas controladas.

Quando disponível, a Companhia e suas controladas mensuram o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia e suas controladas utilizam técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

6 Novos pronunciamentos contábeis

6.1 Pronunciamentos normas e interpretações emitidas que entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019

CPC 06 (R2)/IFRS 16 – arrendamento

A Companhia e suas controladas adotaram o CPC 06 (R2)/IFRS 16 – arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme nota explicativa nº 5.o.

ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Esta interpretação de norma foi adotada pela primeira vez a partir de 1º de janeiro de 2019 e esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro (IAS 12 – Income Taxes) (“CPC 32 / IAS 12”) quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro tributável (perda

fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação, no entanto, não teve efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.

6.2 Novas normas e interpretações ainda não efetivadas

As seguintes normas alteradas e interpretações serão alteradas e efetivas nos próximos exercícios, no entanto não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS; (ii) Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23); e (iii) IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Banco conta movimento	25	33	27.171	25.826
Aplicações financeiras (a) (b)	58.246	30.074	598.935	549.051
Total caixa e equivalentes de caixa	58.271	30.107	626.106	574.877

(a) Aplicações da Companhia realizadas em fundo de renda fixa com remuneração média de 93,00% a.m. (75,00% a.m. em 2018) da taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

(b) Aplicações da controlada DASA realizadas em fundo de renda fixa com remuneração média de 99,49% a.m. (105,25% a.m. em 2018) da taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Não há penalidade em rentabilidade no caso de resgates.

Os depósitos bancários representam saldos em bancos e direitos de liquidez imediata e não estão sujeitos a restrições de qualquer natureza para sua utilização.

8 Aplicações financeiras

	Consolidado	
	31/12/19	31/12/18
Fundo de investimento renda fixa – não exclusivo (i)	73.740	535.711
Operação compromissada (ii)	236.221	681
	309.961	536.392
Ativo circulante	309.831	536.392
Ativo não circulante	130	-

As aplicações financeiras da controlada DASA são remuneradas em percentual da taxa de juros do CDI sendo: (i) Fundo de investimento a taxa de 102,32% (113,46% em 2018) e (ii) Operação compromissada a taxa de 100,75% (132,52% em 2018).

9 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber de clientes:		
Nacionais	1.053.079	883.190
Internacionais	41.822	-
	1.094.901	883.190
Composição do Contas a receber de clientes:		
A vencer	567.452	415.244
Vencidos (b)	370.583	293.637
Partes relacionadas a vencer	-	-
Partes relacionadas vencidos (b)	-	-
Cheques devolvidos	958	935
Convênios a faturar (a)	155.908	173.374
Total Contas a receber de clientes	1.094.901	883.190
Menos:		
Provisões para créditos de liquidação duvidosa inadimplência, por glosa e cheques devolvidos	(103.844)	(94.446)
Total Contas a receber de clientes, líquido	991.057	788.744
Ativo circulante	983.898	780.309
Ativo não circulante	7.159	8.435

(a) A rubrica de convênios a faturar refere-se aos valores dos atendimentos realizados e não faturados até o encerramento do exercício. Os atendimentos não faturados em até 120 dias são baixados da rubrica de convênios a faturar, ajustando o resultado do exercício.

(b) Resumo das duplicatas vencidas (duplicatas a receber e partes relacionadas):

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
até 120	226.286	162.688
121 a 180	25.338	26.636
181 a 360	52.739	51.879
acima de 360	66.220	52.434
	370.583	293.637

O Grupo aplica uma metodologia para atribuição de notas (*ratings*) a seus clientes, foram analisados os históricos de recebimento, que para o qual divide-se em dois grupos: *rating* A e B, respectivamente: *rating* A – clientes considerados como baixo risco de inadimplência, suportados por históricos de recebimentos, e *rating* B – os quais a Companhia analisa o histórico de recebimentos, considera metodologia e percentuais diferentes de provisionamento, e analisa saldos vencidos por categoria.

Movimentação no exercício das provisões para créditos de liquidação duvidosa por inadimplência, glosa e cheques devolvidos:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(124.559)
Variação da provisão:	
Provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosa e inadimplência	(572.190)
Provisões para créditos duvidosos de controladas adquiridas	(429)
Reversão de provisão de glosas e inadimplência por recebimento e por recursos de glosas procedentes	602.812
(Provisão) para cheques devolvidos	(80)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(94.446)
Variação da provisão:	
Provisões para créditos de liquidação duvidosa por glosa e inadimplência	(234.110)
Provisões para créditos duvidosos de controladas adquiridas	(12.673)
Reversão de provisão de glosas e inadimplência por recebimento e por recursos de glosas procedentes	237.408
Provisão para cheques devolvidos	(23)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(103.844)

10 Estoques

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Material direto nacional	58.081	47.039
Material direto importado	3.963	4.136
Material secundário nacional	28.354	22.496
Material de consumo	14.240	11.419
	104.638	85.090

Provisão para perda e obsolescência - De forma a refletir a melhor estimativa de perda da DASA em relação aos seus estoques, a provisão para perda e obsolescência foi constituída nas demonstrações financeiras consolidadas no montante de R\$ 5.647 (R\$4.962 em 31 de dezembro de 2018), para itens sem movimento há mais de 180 dias. Os saldos acima estão demonstrados líquidos do valor de provisão individualmente para cada categoria de estoque.

11 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
IRPJ/CSLL – saldo a recuperar sobre saldo negativo	24.810	4.850	171.182	203.649
INSS a recuperar	-	-	47.864	44.550
PIS/COFINS/CSLL – retenções na fonte	-	-	5.564	6.316
Outros	268	345	27.023	16.768
Total créditos tributários	25.078	5.195	251.633	271.283

12 Investimentos

12.1 Informações sobre investimentos em empresas controladas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Diagnósticos da América S.A. - DASA	945.012	989.911	-	-
ALLBROKERS Brasil Corretora de Seguros Ltda.	12.943	-	-	-
Outros investimentos	-	-	5.570	3.980
	957.955	989.911	5.570	3.980

Empresa controlada	Data-base	Quantidade de quotas/ações do capital social	Quantidade de quotas/ações possuídas	Percentual de participação no capital integralizado	Capital integralizado	Patrimônio líquido (Patrimônio líquido negativo)	Resultado do período
Diagnósticos da América S.A. – DASA	31/12/2019	315.054.045	234.400.209	74,40	2.326.423	1.270.177	124.777
	31/12/2018	311.926.140	231.355.618	74,17	2.235.369	1.334.651	184.378
ALLBROKERS Brasil Corretora de Seguros Ltda.	31/12/2019	1.000	1.000	100,00	1.000	(7.795)	(1.049)

12.2 Movimentação dos investimentos / Provisão para perda em controlada

	Saldo em 31/12/2018	Aquisição de investimento (a)	Aumento de Capital na Investida (b)	Perda de investimento (b)	Dividendos / JCP	Outros resultados abrangentes (c)	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2019
Diagnósticos da América S.A. - DASA	989.911	-	90.368	(20.024)	(132.068)	(75.948)	92.773	945.012
ALLBROKERS Brasil Corretora de Seguros Ltda.	-	12.943	-	-	-	-	-	12.943
	989.911	12.943	90.368	(20.024)	(132.068)	(75.948)	92.773	957.955
Provisão para perda em investimento	-	(6.722)	-	-	-	(24)	(1.049)	(7.795)
ALLBROKERS Brasil Corretora de Seguros Ltda.	-	(6.722)	-	-	-	(24)	(1.049)	(7.795)
	989.911	6.221	90.368	(20.024)	(132.068)	(75.972)	91.724	950.160
	Saldo em 31/12/2017	Aquisição de investimento	Aumento de Capital na Investida	Perda de investimento (b)	Dividendos / JCP	Outros resultados abrangentes (c)	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2018

Cromossomo Participações III S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019

Diagnósticos da América S.A. - DASA	<u>989.051</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(129.808)</u>	<u>(6.085)</u>	<u>136.753</u>	<u>989.911</u>
	<u>989.051</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(129.808)</u>	<u>(6.085)</u>	<u>136.753</u>	<u>989.911</u>

- (a) Conforme nota explicativa nº 2, a aquisição de investimento gerando provisoriamente ágio de R\$ 12.943.
- (b) Em 15 de maio de 2019, foi homologado o aumento de capital na controlada DASA, com a emissão de 3.127.905 novas ações ordinárias, no valor total de R\$ 91.054, passando de 311.926.140 ações ordinárias, para 315.054.045 ações ordinárias. Essa operação gerou uma perda líquida de R\$ 20.024, considerando o valor total subscrito de R\$ 90.368, sobre o percentual de participação total adquirido.
- (c) Refere-se ao efeito na conversão de demonstrações financeiras e CPC42 / IAS29 – Hiperinflação referente a controlada indireta Diagnóstico Maipú por Imágenes S.A..

13 Imobilizado - Consolidado

		Consolidado			
		31/12/2019		31/12/2018	
	Vida útil em anos	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Imóveis	25	31.105	(5.654)	25.451	13.376
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	871.717	(519.020)	352.697	276.784
Benfeitorias em imóveis próprios	10	16.496	(14.179)	2.317	4.206
Aparelhos e equipamentos	10	1.209.762	(599.795)	609.967	466.472
Móveis e utensílios	10	119.695	(64.825)	54.870	50.471
Instalações	10	160.694	(84.512)	76.182	58.080
Equipamentos de informática	5	206.889	(155.076)	51.813	32.321
Veículos	5	5.566	(4.758)	808	897
Biblioteca	10	203	(194)	9	16
Terrenos	-	13.359	-	13.359	13.359
Imobilizações em andamento	-	117.303	-	117.303	101.174
Provisão para perdas de redução ao valor recuperável	-	(4.817)	-	(4.817)	(4.817)
		2.747.972	(1.448.013)	1.299.959	1.012.339

Movimentação do custo e depreciação– Consolidado (2018 – 2019)

	Consolidado							
	Movimento de custo do exercício							
	31/12/2018	Aquisição controlada (a)	Adições	Baixas	Variação cambial (c)	Efeito inflacionário (c)	Transferências e Reclassificações (b)	31/12/2019
Imóveis	17.684	3.201	-	-	(817)	11.037	-	31.105
Benfeitorias em imóveis de terceiros	731.618	17.369	3.756	(7.389)	(4.315)	33.740	96.938	871.717
Benfeitorias em imóveis próprios	16.496	-	-	-	-	-	-	16.496
Aparelhos e equipamentos	920.380	34.029	19.255	(10.921)	(6.246)	49.672	203.593	1.209.762
Móveis e utensílios	106.057	4.217	5.210	(3.638)	(339)	2.854	5.334	119.695
Instalações	121.611	7.158	1.151	(2.184)	(1.652)	10.903	23.707	160.694
Equipamentos de informática	168.458	3.776	1.948	(2.077)	(592)	4.059	31.317	206.889
Veículos	5.222	1.195	-	(1.016)	(18)	183	-	5.566
Biblioteca	201	-	-	-	-	-	2	203
Terrenos	13.359	-	-	-	-	-	-	13.359
Imobilizações em andamento	101.174	-	378.834	(10)	-	-	(362.695)	117.303
Provisão para perdas de redução ao valor recuperável	(4.817)	-	-	-	-	-	-	(4.817)
	2.197.443	70.945	410.154	(27.235)	(13.979)	112.448	(1.804)	2.747.972

	Consolidado							
	Movimentação de depreciação acumulada do exercício							
	31/12/2018	Aquisição controlada (a)	Adições	Baixas	Variação cambial (c)	Efeito inflacionário (c)	Transferências e Reclassificações (b)	31/12/2019
Imóveis	(4.308)	-	(1.346)	-	-	-	-	(5.654)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(454.834)	(1.670)	(60.081)	5.052	737	(8.257)	33	(519.020)
Benfeitorias em imóveis próprios	(12.290)	(84)	(869)	-	24	(960)	-	(14.179)
Aparelhos e equipamentos	(453.908)	(15.605)	(98.361)	4.013	5.671	(42.472)	867	(599.795)
Móveis e utensílios	(55.586)	(2.098)	(7.023)	1.782	271	(2.353)	182	(64.825)
Instalações	(63.531)	(2.908)	(12.555)	1.503	1.396	(8.406)	(11)	(84.512)
Equipamentos de informática	(136.137)	(1.704)	(20.905)	7.790	723	(3.789)	(1.054)	(155.076)
Veículos	(4.325)	(572)	(323)	615	21	(174)	-	(4.758)
Biblioteca	(184)	-	(8)	(2)	-	-	-	(194)
	(1.185.103)	(24.641)	(201.471)	20.753	8.843	(66.411)	17	(1.448.013)

Movimentação do custo e depreciação – Consolidado (2017 - 2018)

	Consolidado						
	Movimentação de custo do exercício						
	31/12/2017	Aquisição controlada	Adições	Baixas	Operação descontinuada	Transferências	31/12/2018
Imóveis	18.266	-	-	-	-	(582)	17.684
Benfeitorias em imóveis de terceiros	665.748	1.515	3.373	(36)	(749)	61.767	731.618
Benfeitorias em imóveis próprios	14.984	-	112	-	-	1.400	16.496
Aparelhos e equipamentos	796.022	17.117	1.203	(16.588)	(4)	122.630	920.380
Móveis e utensílios	97.938	1.990	3.002	(2.333)	(146)	5.606	106.057
Instalações	100.218	1.511	32	(394)	-	20.244	121.611
Equipamentos de informática	155.254	2.320	1.192	(2.328)	(290)	12.310	168.458
Veículos	5.092	488	116	(1.218)	-	744	5.222
Biblioteca	201	-	-	-	-	-	201
Terrenos	13.359	-	-	-	-	-	13.359
Imobilizações em andamento	109.970	-	215.605	(282)	-	(224.119)	101.174
Provisão para perdas de redução ao valor recuperável	(4.854)	-	37	-	-	-	(4.817)
	1.972.198	24.941	224.672	(23.179)	(1.189)	-	2.197.443

	Consolidado						
	Movimentação de depreciação do exercício						
	31/12/2017	Aquisição controlada	Adições	Baixas	Operação descontinuada	Transferências	31/12/2018
Imóveis	(4.129)	-	(179)	-	-	-	(4.308)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(396.660)	(118)	(50.332)	(58)	28	(7.694)	(454.834)
Benfeitorias em imóveis próprios	(18.359)	-	(1.700)	-	-	7.769	(12.290)
Aparelhos e equipamentos	(379.905)	(2.145)	(84.102)	11.517	12	715	(453.908)
Móveis e utensílios	(46.854)	(1.027)	(9.161)	993	4	459	(55.586)
Instalações	(54.197)	(403)	(9.118)	186	-	1	(63.531)
Equipamentos de informática	(108.544)	(10.540)	(19.073)	2.961	-	(941)	(136.137)
Veículos	(4.774)	(377)	(376)	1.511	-	(309)	(4.325)
Biblioteca	(174)	-	(10)	-	-	-	(184)
	(1.013.596)	(14.610)	(174.051)	17.110	44	-	(1.185.103)

(a) Empresas adquiridas em 2019. Vide detalhes na nota explicativa nº 2.

(b) Os gastos realizados classificados como imobilizações em andamento durante o período de construção e instalação, são transferidos para o grupo específico na rubrica de imobilizado quando disponíveis para o uso, após a conclusão do projeto são iniciadas a depreciação dos ativos relacionados. O montante de R\$ 1.787 no consolidado são gastos com software, reclassificados para o ativo intangível.

As adições de depreciação acumulada demonstradas na movimentação do imobilizado foram registradas parte na rubrica despesas gerais e administrativas e parte na rubrica custos de serviços prestados, esta alocação está vinculada a utilização fim de cada ativo.

(c) Refere-se ao efeito na conversão de demonstrações financeiras e CPC42 / IAS29 – Hiperinflação referente a controlada indireta Diagnóstico Maipú por Imágenes S.A..

Anualmente a Companhia e suas controladas avaliam seus ativos e não identificaram, na última avaliação, indicadores de não recuperabilidade.

14 Intangível

		Consolidado		
		31/12/2019		31/12/2018
Vida útil em anos		Custo	Amortização acumulada	Líquido
Aquisição de participação – Ágio		1.253.880	(247.727)	1.006.153
Outros Intangíveis				819.219
Sistemas de informática	5	561.279	(357.404)	203.875
Direito de uso de área comercial	5	6.529	(1.991)	4.538
Desenvolvimento de projetos	-	113	(59)	54
Marcas	30	723.733	(107.228)	616.505
Contrato de exclusividade com clientes	7	16.566	(10.365)	6.201
Fundo de comércio	14	1.168	(20)	1.148
Relacionamento com Clientes	5	887.550	(330.418)	557.132
Mais valia de ativo fixo	5	26.273	(7.940)	18.333
Acordo de não competição	10	13.344	(6.635)	6.709
Intangível em andamento		4.547	-	4.547
		2.241.102	(822.060)	1.419.042
		3.494.982	(1.069.787)	2.425.195
				2.085.046

Movimentação do custo e amortização – Consolidado (2018 – 2019)

	Consolidado							
	Movimento de custo do exercício							
	31/12/2018	Aquisição Controlada (a)	Adições	Baixas	Variação cambial (c)	Efeito Inflacionário (c)	Transferências (b)	31/12/2019
Aquisição de participação – Ágio	1.067.793	524.389	-	-	(33.857)	-	(304.445)	1.253.880
Outros Intangíveis								
Sistemas de informática	444.038	1.668	4.189	(325)	(402)	2.527	109.584	561.279
Direito de uso de área comercial	1.570	-	-	-	-	-	4.959	6.529
Desenvolvimento de projetos	113	-	-	-	-	-	-	113
Marcas	563.447	4	-	-	(20.733)	-	181.015	723.733
Contrato de exclusividade com clientes	15.870	696	-	-	-	-	-	16.566
Fundo de comércio	337	-	219	-	-	-	612	1.168
Relacionamento com Clientes	802.710	-	-	-	(26.567)	-	111.407	887.550
Mais valia de ativo fixo	25.539	-	-	-	-	-	734	26.273
Acordo de não competição	4.917	-	-	-	(2.861)	-	11.288	13.344
Intangível em andamento	27.710	-	90.187	-	-	-	(113.350)	4.547
	1.886.251	2.368	94.595	(325)	(50.563)	2.527	306.249	2.241.102
	2.954.044	526.757	94.595	(325)	(84.420)	2.527	1.804	3.494.982

Cromossomo Participações III S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019

	Consolidado							
	Movimento de amortização do exercício							
	31/12/2018	Aquisição Controlada (a)	Adições	Baixas	Variação cambial (c)	Efeito Inflacionário (c)	Transferências (b)	31/12/2019
Aquisição de participação – Ágio	(248.574)	-	847	-	-	-	-	(247.727)
Outros Intangíveis								
Sistemas de informática	(295.512)	(1.788)	(58.399)	70	405	(2.222)	42	(357.404)
Direito de uso de área comercial	(1.362)	-	(628)	-	-	-	(1)	(1.991)
Desenvolvimento de projetos	(59)	-	-	-	-	-	-	(59)
Marcas	(83.521)	-	(23.649)	-	-	-	(58)	(107.228)
Contrato de exclusividade com clientes	(8.873)	-	(1.492)	-	-	-	-	(10.365)
Relacionamento com Clientes	(222.092)	-	(108.326)	-	-	-	-	(330.418)
Mais valia de ativo fixo	(5.236)	-	(2.704)	-	-	-	-	(7.940)
Fundo de comércio	-	-	(20)	-	-	-	-	(20)
Acordo de não competição	(3.770)	-	(2.865)	-	-	-	-	(6.635)
	(620.425)	(1.788)	(198.083)	70	405	(2.222)	(17)	(822.060)
	(868.999)	(1.788)	(197.236)	70	405	(2.222)	(17)	(1.069.787)

Movimentação do custo e amortização – Consolidado (2017 - 2018)

	Consolidado							
	Movimento de custo do exercício							
	31/12/2017	Empresas adquiridas	Aquisição Controlada	Adições	Baixas	Operação descontinuada	Transferências	31/12/2018
Aquisição de participação – Ágio	872.052	197.877	23.583	1.066	(25)	-	(26.760)	1.067.793
Outros Intangíveis								
Sistemas de informática	392.262	318	-	3.460	(10)	-	48.008	444.038
Direito de uso de área comercial	1.565	5	-	-	-	-	-	1.570
Desenvolvimento de projetos	113							113
Marcas	541.982	26	-	11	-	(3)	21.431	563.447
Contrato de exclusividade com clientes	15.870	-	-	-	-	-	-	15.870
Fundo de comércio	-	-	-	337	-			337
Projeto de reestruturação DASA	-	82	-	755	-	(837)		-
Relacionamento com Clientes	798.732	-	-	-	-	-	3.978	802.710
Mais valia de ativo fixo	25.435	-	-	-	-	-	104	25.539
Acordo de não competição	3.670	-	-	-	-	-	1.247	4.917
Intangível em andamento	6.374	-	-	69.344	-	-	(48.008)	27.710
	1.786.003	431	-	73.907	(10)	(840)	26.760	1.886.251
	2.658.055	198.308	23.583	74.973	(35)	(840)	-	2.954.044

	Consolidado				
	Movimento de amortização do exercício				
	31/12/2017	Aquisição Controlada	Adições	Transferências	31/12/2018
Aquisição de participação – Ágio)	(248.574)	-	-	-	(248.574)
Outros Intangíveis					
Sistemas de informática	(244.350)	(168)	(50.994)	-	(295.512)
Direito de uso de área comercial	(1.290)	-	(72)	-	(1.362)
Desenvolvimento de projetos	(59)	-	-	-	(59)
Marcas	(66.766)	(15)	(16.740)	-	(83.521)
Contrato de exclusividade com clientes	(7.222)	-	(1.651)	-	(8.873)
Relacionamento com Clientes	(212.176)	-	(9.916)	-	(222.092)
Mais valia de ativo fixo	(2.625)	-	(2.611)	-	(5.236)
Acordo de não competição	-	-	(3.770)	-	(3.770)
	(534.488)	(183)	(85.754)	-	(620.425)
	(783.062)	(183)	(85.754)	-	(868.999)

- (a) Empresas adquiridas em 2019. Vide detalhes na nota explicativa nº 2.
- (b) Os gastos realizados classificados como intangível em andamento durante o período de desenvolvimento, são transferidos par uma rubrica específica no grupo do intangível quando estão disponíveis para o uso. O montante de R\$ 1.787 no consolidado são gastos com software, reclassificados de imobilizações em andamento do ativo imobilizado.
- (c) Refere-se ao efeito na conversão de demonstrações financeiras e CPC42 / IAS29 – Hiperinflação referente a controlada indireta Diagnóstico Maipú por Imágenes S.A..

As adições à amortização acumulada, demonstradas na movimentação, foram registradas parte na rubrica despesas gerais e administrativas e parte na rubrica custos de serviços prestados.

Teste para verificação de impairment

O ágio resultante de combinações de negócios é um ativo intangível com vida útil indefinida e, portanto, não é amortizado, mas testado anualmente a perda por redução ao valor recuperável. O ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), definidas de acordo com as práticas contábeis da Companhia. Segue, abaixo, a alocação do ágio por UGC:

	31/12/2019
Privado	797.819
Público	70.165
	<u>138.169</u>
Internacional	<u>1.006.153</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e sua controlada avaliaram a recuperação do montante do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para as Unidade Geradoras de Caixa (UGC). O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia e sua controlada, tendo sido as referidas projeções aprovadas pela Administração. O teste de recuperação da UGC não identificou a necessidade de reconhecimento de perda.

As seguintes premissas foram utilizadas:

- A projeção do fluxo de caixa para o primeiro exercício baseia-se no orçamento aprovado pela Administração. A Administração determinou a margem bruta orçada com base em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado e acredita que qualquer tipo de mudança nas premissas-chave que seja razoavelmente possível, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da UGC. A projeção contemplou o período de cinco anos acrescido do valor residual calculado pela perpetuação do saldo de caixa no quinto ano, descontado ao valor presente pelo Custo Médio Ponderado de Capitais (Weighted Average Cost of Capital – WACC) de 7,33%;
- Receitas: projetadas de 2020 a 2024 considerando crescimento histórico do volume de serviços prestados e às projeções de inflação baseadas em projeções macroeconômicas de bancos, sem considerar a inauguração de novas unidades;
- Despesas: projetadas no mesmo período das receitas, de acordo com a dinâmica dos negócios e a busca por sinergias;
- CAPEX: considerado o investimento percentual médio histórico em manutenção de ativos;
- Taxa de crescimento na perpetuidade: 3,3% a.a..

15 Fornecedores

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	359.530	337.044
Fornecedores estrangeiros	12.274	12.901
Serviços médicos especializados	45.110	42.741
	416.914	392.686
Passivo circulante	393.650	360.817
Passivo não circulante	23.264	31.869

16 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos médios	Vencimento final	Consolidado	
			31/12/2019	31/12/2018
Financiamento:				
BNDES - FINAME PSI (i) (ii)	6% a.a., 9,5%a.a. e TJLP + 3,7%	15/12/2024	5.379	6.510
FINEP – (iv)	TJLP + 3%	15/09/2026	25.651	26.776
Notas promissórias (b)	107,0% do CDI	28/12/2020	56.798	330.222
BNDES (a) (iii)	4,5% a.a.	15/03/2024	-	1.549
Banco de Lage Landen (a) (ii) (iii)	13,6% a.a.	04/12/2022	-	1.000
Bancos - Maipú – Internacional (iii) (v)	USD + 6% a.a.	10/10/2025	17.763	-
Outros	-	-	487	796
Leasing:				
Leasing financeiro – Hitachi	IGPM	22/06/2021	2.731	3.889
			108.809	370.742
Passivo circulante			68.565	281.759
Passivo não circulante			40.244	88.983

A movimentação de empréstimos e financiamentos é como segue:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2017	691.286
Juros Incorridos	39.321
Juros Pagos	(17.304)
Amortização principal	(348.268)
Aquisições de controladas	5.707
Saldo em 31 de dezembro de 2018	370.742
Captação	14.561
Juros Incorridos	18.394
Juros Pagos	(42.604)
Amortização principal	(261.449)
Aquisições de controladas	16.149
Saldo em 31 de dezembro de 2019	115.793

Garantias para empréstimos e financiamentos:

- (i) Nota Promissória de 100% do valor do contrato em nome da DASA.
- (ii) Bem financiado.
- (iii) Imóveis, aval, cessão de direitos creditórios
- (iv) Carta de fiança
- (v) Hipoteca

Exceto pelas notas promissórias, conforme detalhado a seguir no comentário (b), os contratos de empréstimos bancários e financiamentos não possuem cláusulas restritivas. Os empréstimos bancários e financiamentos, classificados no passivo circulante e passivo não circulante, seguindo os prazos de vencimentos contratuais serão amortizados conforme demonstrado na nota explicativa nº 29 – Instrumentos financeiros em risco de liquidez.

(a) A DASA liquidou antecipadamente operações de empréstimos de controladas com o objetivo de redução do custo financeiro.

(b) Notas promissórias - Em 05 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração da DASA aprovou a realização da 5ª emissão, pela DASA, de 300 notas promissórias, realizada em 3 (três) séries, sob a forma cartular, com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um milhão de reais) (“Notas Promissórias”), com valor total de R\$300.000 na data de emissão, qual seja, 28 de dezembro de 2017, para colocação por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada. Em 28 de dezembro de 2017 foi encerrada a oferta pública de distribuição.

A Emissão foi realizada em 3 séries, sendo (i) 200 Notas Promissórias da primeira série, (ii) 50 Notas Promissórias da segunda série e (iii) 50 Notas Promissórias da terceira série. O prazo (i) das Notas Promissórias da primeira série é de até 365 dias contados da data de emissão, (ii) das Notas Promissórias da segunda série é de até 730 dias contados da data de emissão e (iii) das Notas Promissórias da terceira série é de até 1.095 dias contados da data de emissão.

As Notas Promissórias possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem, com base nas demonstrações financeiras consolidadas:

1- Dívida líquida / LAJIDA - índice máximo	4,00
2- LAJIDA / Resultado financeiro - índice mínimo	1,50

Em 31 de dezembro de 2019 a DASA e suas controladas estava adimplente com as condições contratuais.

17 Arrendamentos

(a) Leasing financeiro nacional

A DASA é arrendatária de bens que estão registrados no ativo imobilizado, objetos de contratos que são: com opção de compra, sem opção de renovação, possuem pagamentos contingentes previstos, e não possuem cláusulas restritivas, relativas a dividendos e juros sobre o capital próprio ou dívida adicional. Esses contratos totalizam um saldo a pagar até 2021 no montante de R\$ 2.731 (R\$ 3.889 em 2018) no consolidado, sendo deste montante, R\$ 2.019 classificado no passivo circulante (R\$ 1.580 em 2018). Os juros desta transação em 2019 são de R\$ 200 (R\$ 294 em 2018 por projeção negativa) no consolidado. O prazo médio dos contratos é de 5 anos e estão vinculados a taxas de juros de IGPM.

(b) Ativo de direito de uso e passivos de arrendamentos

A DASA possui operações de arrendamento de imóveis tais como: unidades de atendimento, armazéns, sedes administrativas e núcleos técnicos operacionais. O prazo médio dos contratos varia entre 5 e 10 anos porém são negociados individualmente. Os valores mínimos futuros não canceláveis são os seguintes:

	Consolidado							
	Adoção inicial em 1ª de janeiro de 2019	Adição	Amortização	Juros (a)	Pagamentos	Remensuração (b)	Transferência	Saldo em 31/12/19
Ativo								
Direito de uso	1.021.625	27.027	(133.991)	-	-	(26.619)	-	888.042
Passivo								
Arrendamento mercantil alugueis	969.818	21.441	-	91.744	(198.355)	(21.030)	-	863.618
Provisão de custo de desmobilização - não circulante	51.807	-	-	-	-	-	-	51.807
	1.021.625	21.441	-	91.744	(198.355)	(21.030)	-	915.425
Circulante	158.036	1.940	-	91.744	(198.355)	(21.030)	94.825	127.160
Não circulante	863.589	19.501	-	-	-	-	(94.825)	788.265

(a) Juros são contabilizados no resultado na rubrica de despesas financeiras, é utilizada taxa de desconto, considerando a média de captação de recursos no mercado, conforme demonstrada a baixo:

Prazo dos contratos	Taxa
2 anos	7,83%
4 anos	9,30%
5 anos	7,93%
10 anos	10,22%
Média	8,82%

(b) Reconhecimento das alterações contratuais, basicamente dos valores dos alugueis e vigência dos contratos.

Os vencimentos da das parcelas não circulantes estão em 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas a baixo:

	Consolidado
2021	111.349
2022	105.245
2023	99.503
2024 em diante	472.168
	788.265

Dado que a Companhia e sua controlada possui regime de tributação pelo método cumulativo, não existem potenciais impostos PIS e COFINS a recuperar nas parcelas de contraprestação do arrendamento.

A seguir está demonstrado o quanto seria o saldo de ativo por direito de uso e passivo de arrendamento, e quanto seriam as despesas de depreciação e juros, caso fosse considerada a inflação projetada nos fluxos de pagamento:

Análise do impacto da diferença balanço patrimonial		Análise do impacto da diferença demonstração resultado	
Direito de uso líquido	31/12/2019	Despesa financeira	2019
Fluxos conf. CPC 06 (R2)	888.042	Fluxos conf. CPC 06 (R2)	91.744
Fluxo sem inflação	1.087.984	Fluxo sem inflação	73.869
Arrendamento a pagar	31/12/2019	Despesa de depreciação	2019
Fluxos conf. CPC 06 (R2)	863.618	Fluxos conf. CPC 06 (R2)	133.992
Fluxo sem inflação	1.079.744	Fluxo sem inflação	165.849

18 Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Debêntures não conversíveis	2.912.579	2.912.579	5.612.579	5.062.759
Juros remuneratórios	276.425	82.003	296.690	107.174
	3.189.004	2.994.582	5.909.269	5.169.933
Custo de transação	(139)	(230)	(4.418)	(3.047)
	(139)	(230)	(4.418)	(3.047)
	3.188.865	2.994.352	5.904.851	5.166.886
Passivo circulante	-	-	152.589	165.741
Passivo não circulante	3.188.865	2.994.352	5.752.262	5.001.145

A movimentação das debêntures é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2018	2.780.342	3.881.424
Captação	2.912.579	4.311.171
Juros Incorridos	212.263	314.654
Juros Pagos	(732.232)	(829.982)
Amortização principal	(2.178.600)	(2.510.381)
Saldo em 1º de janeiro de 2019	2.994.352	5.166.886
Captação	-	900.000
Juros Incorridos	194.422	342.515
Juros Pagos	-	(152.160)
Amortização principal	-	(351.019)
Custo de transação	91	(1.371)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.188.865	5.904.851

As Debêntures classificadas no passivo não circulante têm o seguinte prazo para amortização das 3ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª Emissões:

	Principal	Custo de transação	Total
2021	3.322.337	(269)	3.322.068
2022	483.333	(963)	482.370
2023	600.000	(787)	599.213
2024 a 2026	1.350.000	(1.389)	1.348.611
	5.755.670	(3.408)	5.752.262

A emissão das debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, realizada pela Companhia, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, demonstrada a seguir:

Emissão	Série	Data de aprovação	Quantidade	Valor total captado	Prazo (contados à partir da emissão)	Remuneração	Amortização do principal
3ª	Única	13/07/2018	2.912.579	2.912.579	3 anos	108,50% do DI	25/07/2021

O recurso líquido obtido pela Companhia com a emissão das Debêntures foram integralmente utilizados para a quitação da 2ª emissão de debêntures, realizada em 31 de julho de 2018.

As emissões das debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária, realizadas pela controlada DASA, foram aprovadas pelo Conselho de Administração da DASA, por meio de oferta pública de distribuição com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, demonstrada a seguir:

Emissão	Série	Data de aprovação	Quantidade	Valor total captado	Prazo (contados à partir da emissão)	Remuneração	Amortização do principal
8ª	Única	08/08/2017	40.000	400.000	5 anos	108,00% do DI Pagamento semestral	3 parcelas - 1º 25/08/2020, 2ª 25/08/2021 e 3ª 25/08/2022
9ª	Única	05/02/2018	60.000	600.000	5 anos	108,60% do DI	2 parcelas - 1º 26/03/2022 e 2ª 26/03/2023
10ª	1ª	19/11/2018	10.000	100.000	em até 5 anos	107,40% do DI	2 parcelas - 1º 10/12/2022 e 2ª 10/12/2023
10ª	2ª	19/11/2018	30.000	300.000	6 anos	110,50% do DI	10/12/2024
10ª	3ª	19/11/2018	40.000	400.000	em até 8 anos	112,50% do DI	2 parcelas - 1º 10/12/2025 e 2ª 10/12/2026
12ª	Única	22/11/2019	500.000	500.000	5 anos	100% do DI + 1,2% a.a.	2 parcelas - 1º 25/11/2023 e 2ª 25/11/2024

Os recursos líquidos obtidos pela DASA com a emissão das Debêntures foram integralmente utilizados para alongar o perfil de endividamento e reforço no capital de giro, para atender aos negócios de gestão ordinária da DASA.

Resgate antecipado quinta e sétima emissões debêntures:

Em 30 de dezembro de 2019, a DASA realizou o resgate antecipado total da 5ª e 7ª emissões de debêntures, com o consequente cancelamento da totalidade das debêntures em circulação.

Covenants financeiros e não financeiros - Vencimentos antecipados

O agente fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas obrigações decorrentes das debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo devedor do valor nominal unitário das debêntures acrescido da remuneração de juros do exercício, caso a Companhia não cumpra com algumas cláusulas contratuais, por sua vez consideradas como eventos inadimplentes.

As debêntures possuem cláusulas determinando níveis máximos de endividamento e de alavancagem, com base nas demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia estava adimplente com as condições contratuais.

19 Impostos parcelados

	Termino da amortização	Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018
Parcelamento ISS	2029	7.132	2.617
Refis IV - Lab. Gaspar	2024	1.704	1.991
Parcelamento Tributos Federais	2021	2.603	1.434
Parcelamento ISS – LEME	2024	-	6.501
Parcelamento – PERT (a)	2020	-	2.080
Parcelamento taxa de resíduos sólidos – SZD	2022	1.415	2.163
Parcelamento PERT - Santa Luzia	2020	550	-
Parcelamento INSS - Santa Luzia	2020	-	87
Parcelamento impostos federais –Valeclin	2028	2.548	2.844
Outros	2020	580	1.396
		16.532	21.113
Passivo circulante		4.994	5.714
Passivo não circulante		11.538	15.399

- (a) A DASA e suas controladas, após análise econômica aliada à opinião dos assessores jurídicos externos, formalizou a adesão de alguns processos tributários no Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela medida provisória de nº 783 de 31 de maio de 2017 e regulamentado pela IN RFB nº 1711/17 de 16 de junho de 2017.

20 Contas a pagar por aquisição de controladas

As contas a pagar por aquisição de controladas se referem aos valores devidos aos seus antigos proprietários quando da aquisição das ações ou quotas representativas do capital social dessas empresas. As dívidas são atualizadas de acordo com as cláusulas contratuais:

Cromossomo Participações III S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019

	Atualização	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Não garantida por aplicações financeiras	IPCA-IGPM-Selic	jun/21	4.977	-	367.225	98.516
Garantida com aplicações financeiras	(a)	(b)	-	-	41.483	43.818
			4.977	-	408.708	142.334
Circulante			4.977	-	109.088	53.720
Não circulante			-	-	299.620	88.614

- (a) Atualizada à taxa média de 98% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (109,98% do CDI em 31 de dezembro de 2018) em fundos de renda fixa, que são administrados por instituições financeiras.
- (b) Vencimento de até 6 anos da data de aquisição, ou até que seja concluída a discussão sobre a contingência, as aplicações financeiras estão registradas e divulgadas em rubrica segregada no ativo não circulante.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	Consolidado
2021	210.006
2022	13.254
2023	3.936
2024	72.424
Total	299.620

21 Provisões para demandas fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis

	Consolidado			
	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial
Trabalhistas e cíveis	50.865	22.300	43.209	21.310
Demandas fiscais e previdenciárias	89.715	61.901	78.842	58.156
	140.580	84.201	122.051	79.466

(a) Provisões para riscos trabalhistas e cíveis

Em 31 de dezembro de 2019, a DASA e suas controladas eram partes em 1.600 ações trabalhistas (1.690 em 31 de dezembro de 2018) e em 1.703 processos cíveis em esferas administrativas e judiciais (1.484 em 31 de dezembro de 2018). As provisões de R\$ 50.865 (R\$ 43.209 em 31 de dezembro de 2018) no consolidado, são baseadas no percentual histórico de perdas em processos com avaliação de risco provável e possível para questões trabalhistas e risco provável para questões cíveis.

Em relação a questões trabalhistas, destacamos a Ação Civil Pública em trâmite na Justiça do Trabalho do Rio de Janeiro onde foram citadas a DASA e Laboratórios Médicos Dr. Sérgio Franco Ltda., sociedade incorporada pela DASA em 01 de julho de 2014, a qual, em linhas gerais, questiona a legalidade da contratação de empresas médicas especializadas na área de exames de apoio diagnóstico por imagem, requerendo a contratação dos médicos,

vinculados à referidas empresas médicas, em regime celetista e indenização por dano moral coletivo no montante aproximado de R\$ 20.000 em 10 de setembro de 2012. Em 26 de junho de 2014, a DASA divulgou novo Fato Relevante divulgando que foi proferida sentença em primeira instância totalmente favorável à DASA. Em 24 de fevereiro de 2015, o Tribunal Regional do Trabalho proveu parcialmente o Recurso Ordinário interposto pelo Ministério Público e condenou a DASA a registrar os médicos intervenientes anuentes - o que representa aproximadamente 22 profissionais - além da redução do dano moral coletivo para R\$ 500. O acórdão proferido pelo TRT - 1ª Região definiu médicos intervenientes da seguinte maneira: “(são aqueles) que exercem coordenação sobre os médicos executores integrantes de uma mesma especialidade”. A DASA, e o Ministério Público apresentaram embargos de declaração face a decisão. Os embargos do Ministério Público foram rejeitados e os embargos da DASA foram acolhidos, contudo, sem conferir efeito modificativo ao julgado. O Recurso de Revista apresentado pelo Ministério Público teve seu seguimento denegado. Em 27 de janeiro de 2016 foi protocolado agravo de instrumento pelo MPT. Em 03 de maio de 2016 protocolamos (i) contraminuta de agravo de instrumento, (ii) contrarrazões de recurso de revista e (iii) recurso de revista adesivo. A avaliação dos assessores jurídicos e da Administração da DASA é que a perda é provável para o dano moral de aproximadamente 22 profissionais no valor atualizado de R\$ 939, e perda remota para dano moral coletivo no importe de R\$ 19.500.

(b) Provisões para demandas fiscais e previdenciárias

As provisões para demandas fiscais e previdenciárias no montante de R\$ 89.715 (R\$ 78.842 em 31 de dezembro de 2018) correspondem a: (i) questionamentos de majoração de alíquotas, (ii) base de cálculo e (iii) inconstitucionalidade da cobrança. A DASA e suas controladas possuíam ainda em 31 de dezembro de 2019 o montante consolidado de R\$ 410.172 (R\$ 378.907 em 31 de dezembro de 2018) referentes a processos classificados pelos seus assessores jurídicos como de perda possível, para a qual não há provisão constituída, de acordo com a regra contábil aplicável para essa circunstância, sendo substancialmente R\$ 126.875 referentes a processos de ISSQN onde basicamente se discute o local da prestação dos serviços de análises clínicas, R\$ 99.818 referem-se a cobrança de PIS/COFINS sobre faturamento e importação, créditos de IRPJ e CSLL no montante de R\$ 67.568, IRPJ e CSLL no montante de R\$ 79.631 originado da dedução de ágio verificado na incorporação societária e outros tributos contribuições no montante de R\$ 36.179.

Em 07 de março de 2016, a Administração da DASA tomou conhecimento de um processo administrativo da RFB relativo a 2 autos de infração lavrados para exigência de PIS e COFINS no valor total de R\$ 55.629. Em 15 de julho de 2016 a DASA ajuizou a Ação Declaratória nº 0004053-41.2016.4.03.6144, em curso na 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Barueri-SP, visando garantir antecipadamente o valor integral dos débitos tributários objeto da Execução Fiscal mediante oferecimento de apólice de seguro garantia emitida em 13 de julho de 2016, em estrita observância ao disposto na Portaria da PGFN nº 164/2014, bem como nos artigos 151, inciso V, e 206 do CTN. A Execução Fiscal nº 0006303-47.2016.403.6144 foi ajuizada em 10 de agosto de 2016 para a cobrança das CDAs 80 6 16 053101-28 e 80 7 16 021700-63, as quais têm por objeto débitos de PIS e COFINS apurados no ano de 2011 decorrentes do Processo Administrativo Federal nº 16004.720192/2015-69 instaurado pela Receita Federal do Brasil. Em 12 de maio de 2017 foi proferida sentença que confirmou a decisão de tutela de urgência e julgou procedente a ação declaratória para determinar o registro de que os créditos tributários cobrados pela execução fiscal estão garantidos por meio de seguro garantia idôneo. A DASA foi citada para responder aos termos da Execução Fiscal nº 0006303-47.2016.403.6144, razão pela qual apresentou uma manifestação nos autos da Ação Declaratória com Pedido de Tutela Provisória nº 0004053-41.2016.4.03.6144 informando sobre a existência da presente execução fiscal e requerendo a transferência da garantia. Atendido os requisitos previstos nos artigos 16, incisos I e II, da Lei nº 6.830/80, 184, caput e § 1º, do CPC, e 62, inciso I, da Lei nº 5.010/66, em 27 de setembro de 2017, a DASA apresentou os Embargos à Execução Fiscal, tendo sido registrado nos sistemas eletrônicos da 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Barueri-SP sob o nº. 0003688-50.2017.403.6144. Em 12 de abril de 2018 foi publicada decisão dos Embargos à Execução Fiscal, determinando a indicação de provas a serem produzidas, o qual foi atendido pela DASA dentro do prazo em 20 de abril de 2018. Em novembro de 2018, foi publicada decisão solicitando que a DASA indicasse quesitos e o assistente técnico dentro do prazo de 15 dias, os quais foram apresentados tempestivamente. Por fim, a avaliação pelos assessores jurídicos externos da DASA quanto às chances de perda do mérito de referido processo é possível, para o qual não há provisão constituída.

A DASA ajuizou a Ação Declaratória nº 1005652-68.2018.4.01.3400 em face da União visando que seja deferida tutela provisória de urgência para o fim de se assegurar à DASA a dedução, nas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, da amortização do ágio decorrente de incorporação societária, suspendendo-se a exigibilidade do montante

controvertido. Em 16 de abril de 2018, foi proferida decisão deferindo a tutela provisória de urgência pleiteada para suspender a exigibilidade do montante controvertido desde que o seguro garantia seja aceito pela União. Em 04 de maio de 2018 a União opôs embargos de declaração questionando a aceitação da apólice de seguro garantia como forma de suspensão da exigibilidade do crédito. Tendo em vista a impossibilidade de prosseguir com o seguro garantia, a DASA depositou em juízo até outubro de 2018 o valor de R\$ 33.350, já incluído multa e juros de mora, que corresponde aos valores de IRPJ e CSLL calculados sobre a dedução na base de cálculo desses tributos. A avaliação pelos assessores jurídicos externos da DASA quanto às chances de perda do mérito de referido processo é possível, para o qual não há provisão constituída.

Movimentação das provisões para contingências (2018 - 2019)

	Consolidado					
	Movimentação do exercício					
	31/12/2018	Adição a provisão	Adição por aquisição de controladas	Utilização	Atualização /(reversão da atualização)	31/12/2019
Trabalhistas e cíveis	43.209	32.449	34	(25.254)	427	50.865
Demandas fiscais e previdenciárias	78.842	31.436	-	(21.196)	633	89.715
	122.051	63.885	34	(46.450)	1.060	140.580

Movimentação das provisões para contingências (2017 - 2018)

	Consolidado					
	Movimentação do exercício					
	31/12/2017	Adição a provisão	Aquisição de controladas	Utilização	Atualização /(reversão da atualização)	31/12/2018
Trabalhistas e cíveis	28.840	41.286	385	(27.792)	490	43.209
Demandas fiscais e previdenciárias	104.694	8.710	8.800	(43.402)	40	78.842
	133.534	49.996	9.185	(71.194)	530	122.051

22 Pagamento baseado em ações

A DASA possuía um Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 25 de abril de 2016 e posteriormente aditado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2017 (“Plano 2016”). A DASA em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de dezembro de 2018 aprovou o plano de remuneração/pagamento baseado em ações mediante a outorga de opções de compra de ações (“Plano 2018”), e concedeu a oportunidade para que participantes do Plano 2016 possam optar, a seu exclusivo critério, em substituir as opções que possuem no âmbito do Plano 2016 por opções no âmbito deste Plano 2018.

O Plano 2018 é regido pelas disposições abaixo:

- (a) Tem por objetivo estabelecer um plano de remuneração baseado em ações, o que permitirá à DASA alinhar os seus interesses com os dos seus acionistas e beneficiários, atrair e reter talentos, incrementar a geração de resultados sustentáveis e reforçar a orientação de longo prazo na tomada de decisões pelos executivos e empregados da DASA.
- (b) Os Beneficiários serão escolhidos e eleitos pelo Conselho de Administração, a seu exclusivo critério.

- (c) Será administrado pelo Conselho de Administração, que poderá contar com um comitê para assessorá-lo nesse sentido, e terá, na medida em que for permitido por lei e pelo estatuto social da DASA, amplos poderes para tomar todas as medidas necessárias e adequadas para a administração do Plano 2018.
- (d) O número máximo de Ações que poderá ser efetivamente entregue em decorrência do exercício das Opções não poderá exceder 19.902.320 Ações, representativas, na data de criação do Plano 2018, de aproximadamente 6% do capital social da DASA. Se qualquer Opção for extinta ou cancelada sem ter sido integralmente exercida, as Ações vinculadas a tais Opções tornar-se-ão novamente disponíveis para futuras outorgas de Opções.
- (e) O preço de exercício das opções seguirá a métrica estabelecida no contrato das outorgas, levando-se em consideração o múltiplo de EBITDA definido, assim como, o EBITDA calculado com base no resultado corrente da DASA, ajustado por eventos não recorrentes, ambos validados pelo Conselho de Administração. Também deverá ser considerado no cálculo o endividamento da DASA, conforme métricas estabelecidas no contrato de opções.
- (f) As opções poderão ser exercidas em ações ou diretamente em dinheiro, após vencidos os prazos do *vesting* estabelecido em cada contrato de outorga (média de quatro anos por outorga), ficando referida escolha por conta do executivo detentor das opções. Para a outorga de 2016, foi definido em contrato que até 65% poderá ser exercido em dinheiro e o restante deverá ser exercido em ações. A partir de então, para as próximas outorgas, a companhia abrirá planos anuais de recompra, com valor total limitado a R\$ 70 milhões, cabendo ao executivo a opção de venda das ações e/ou exercício das opções em dinheiro.

No âmbito deste mesmo plano, foram aprovadas as seguintes opções de compra de ações.

Exercício de aprovação	Aprovação	Quantidade
2016	Conselho de Administração	5.812.241 Opções
2017	Conselho de Administração	6.572.842 Opções
2018	Conselho de Administração	4.663.274 Opções
2019	Conselho de Administração	5.215.000 Opções

A provisão para pagamento baseado em ações é a seguinte:

	31/12/2019			31/12/2018		
	Plano	Impostos e encargos	Total	Plano	Impostos e encargos	Total
Circulante	107.083	43.690	150.773	-	-	-
Não circulante	<u>43.204</u>	<u>17.627</u>	<u>60.831</u>	<u>59.489</u>	<u>42.637</u>	<u>102.126</u>
	<u>150.287</u>	<u>61.317</u>	<u>211.604</u>	<u>59.489</u>	<u>42.637</u>	<u>102.126</u>

23 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Companhia era representado por 1.273.862.582 (um bilhão, duzentas e setenta e três milhões, oitocentas e sessenta e três mil, quinhentas e oitenta e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$ 1,00 (1.274.362.582 em 31 de dezembro de 2018 - um bilhão, duzentas e setenta e quatro milhões, trezentas e sessenta e dois mil, quinhentas e oitenta e duas), representado, respectivamente os montantes de R\$ 1.273.862.582,00 (um bilhão, duzentos e setenta e três milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e oitenta e dois reais) em 31 de dezembro de 2019 e R\$ 1.274.362.582,00 (um bilhão, duzentos e setenta e quatro milhões, trezentos e sessenta e dois mil, quinhentos e oitenta e dois reais) em 31 de dezembro de 2018.

Em 15 de maio de 2018 a Companhia reduziu o capital social em R\$ 500 (quinhentos mil reais), valor a ser restituído ao acionista, com o cancelamento de 500.000 (quinhentas mil) ações, passando a Companhia, então, a contar com capital de R\$1.274.563 (um bilhão, duzentos e setenta e quatro milhões, trezentos e sessenta e dois mil, quinhentos e oitenta e dois reais) dividido em 1.274.362.582 (um bilhão duzentas e setenta e quatro milhões, trezentas e sessenta e duas mil, quinhentas e oitenta e duas) ações ordinárias.

Em 09 de maio de 2019 a Companhia reduziu o capital social em R\$ 500 (quinhentos mil reais), valor a ser restituído ao acionista, com o cancelamento de 500.000 (quinhentas mil) ações, passando a Companhia, então, a contar com capital de R\$ 1.273.862.582,00 (um bilhão, duzentos e setenta e três milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, quinhentos e oitenta e dois reais) dividido em 1.273.862.582 (um bilhão duzentas e setenta e três milhões, oitocentas e sessenta e duas mil, quinhentas e oitenta e duas) ações ordinárias

b. Destinação do lucro e política de dividendos

O Estatuto social da Companhia prevê que os lucros auferidos no período serão distribuídos sendo 25% destinados a distribuição mínima legal de dividendos, 5% aplicados na constituição da reserva legal e 70% sendo destinados metade a reserva de investimento e a outra metade destinado a reserva para garantir o pagamento de dividendos obrigatório aos sócios.

c. Composição acionária

	Posição em 31 de dezembro de 2019			
	Ações ON (Unid.)	%	Total de Ações (Unid.)	%
Acionistas				
Controladores	1.273.735.046	99,99%	1.273.735.046	99,99%
Conselho de Administração	127.536	0,01%	127.536	0,01%
Total de Ações	1.273.862.582	100,00%	1.273.862.582	100,00%

	Posição em 31 de dezembro de 2018			
	Ações ON (Unid.)	%	Total de Ações (Unid.)	%
Acionistas				
Controladores	1.274.235.046	99,99%	1.274.235.046	99,99%
Conselho de Administração	127.536	0,01%	127.536	0,01%
Total de Ações	1.274.362.582	100,00%	1.274.362.582	100,00%

d. Lucro por ação

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Prejuízo líquido do exercício da controladora	(134.632)	(86.151)	(148.033)	(37.598)
Média ponderada das ações ordinárias em circulação	1.273.862.582	1.274.362.582	1.273.862.582	1.274.362.582
Prejuízo por ação básico e diluído (em R\$)	(0,11)	(0,07)	(0,12)	(0,03)

e. Patrimônio reflexo em controlada

O saldo de R\$ 167.538 em 31 de dezembro de 2019, refere-se as movimentações reflexas do patrimônio líquido da DASA, como perda de participação em investimento e efeito na conversão de demonstrações financeiras de controlada indireta do exterior e CPC42 / IAS29 – Hiperinflação de controlada indireta, bem como perda de participação em investimento pela incorporação reversa da CROMO II pela DASA realizada em 2017.

f. Dividendos e juros sobre capital próprio

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia registrou o montante total de R\$ 132.068 (R\$ 138.768 em 2018, sendo R\$ 129.808 referente ao exercício de 2018 e R\$ 8.960 referente ao exercício de 2016) referentes a Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a receber, os quais foram devidamente aprovados em reunião de administração nos atos abaixo descritos:

Em 23 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração da DASA aprovou *ad referendum* da Assembleia Geral que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2019, de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$ 177.450 (R\$ 0,56343302687 por ação).

Segue a forma de pagamento dos juros sobre o capital próprio:

Descrição	2019
Data de aprovação	23/12/2019
Data de pagamento	20/02/2020
Juros sobre o capital próprio distribuído	177.450
(-) Imposto de renda retido na fonte	(26.425)
Juros sobre o capital próprio líquido	151.025

Total de ações detidas pela Companhia	234.397
Juros sobre o capital próprio, a receber	132.068

Em 21 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração da DASA aprovou *ad referendum* da Assembleia Geral que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício de 2018, de juros sobre o capital próprio no valor bruto total de R\$ 175.000 (R\$ 0,56122672309 por ação).

Segue a forma de pagamento dos juros sobre o capital próprio:

Descrição	2018
Data de aprovação	21/12/2018
Data de pagamento	28/02/2019
Juros sobre o capital próprio distribuído	175.000
(-) Imposto de renda retido na fonte	(26.061)
	148.939
Juros sobre o capital próprio líquido	
Total de ações detidas pela CROMO III	231.293
Juros sobre o capital próprio, a receber	129.808

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de setembro de 2017, os acionistas da Cromossomo Participações II S.A, Companhia incorporada pela DASA em 20 de dezembro de 2017, aprovaram a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido do exercício de 2016, após a compensação de prejuízos de exercício anteriores no montante de R\$ 39.164.

Descrição	2016
Data de aprovação	27/09/2017
Data de pagamento	03/05/2019
Lucros a distribuir	39164
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	9.790
Capitalização parcial de dividendos Cromo II conforme AGE 30.09.17	(830)
	8.960
Total de dividendos a receber	8.960

24 Receita operacional

Abaixo, apresentamos a conciliação entre as receitas bruta, para fins fiscais, e as receitas líquidas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional por setor:		
Privadas nacionais	4.426.137	4.094.233
Privadas no exterior	87.836	-
Governamentais	212.768	175.334
	4.726.741	4.269.567

Deduções:

Impostos incidentes sobre o faturamento	(280.611)	(255.472)
Perda e provisões de glosas	(37.843)	(36.778)
Descontos comerciais	(42.764)	(43.866)
Receita operacional líquida	4.365.523	3.933.451

A DASA e suas controladas possuem certo grau de concentração em suas carteiras de clientes. Em 31 de dezembro de 2019, a concentração dos cinco principais clientes era de 42% do total da receita (44% em 31 de dezembro de 2018).

25 Custo dos serviços prestados

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Custo com pessoal	(863.279)	(652.112)
Custo com material	(712.220)	(701.324)
Custo com serviços e utilidades	(852.011)	(987.233)
Custo com depreciações e amortizações	(309.167)	(155.870)
Gastos gerais	(81.839)	(40.141)
	(2.818.516)	(2.536.680)

26 Despesas gerais e administrativas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Despesas com pessoal	-	-	(359.237)	(347.515)
Provisão para participação nos lucros e resultados e bônus	-	-	(56.459)	(70.409)
Pagamento baseado em ações	-	-	(109.479)	(95.795)
Serviços e utilidades	(183)	(629)	(256.622)	(210.737)
Propaganda e publicidade	-	-	(45.585)	(41.394)
Despesas com transporte	-	-	(72.389)	(66.718)
Depreciações e amortizações	-	-	(234.907)	(103.934)
Impostos e taxas	(27.240)	(129)	(35.799)	(21.542)
(Provisões)/ reversão de provisões diversas	-	-	(2.038)	45.882
Outras	(27)	(45)	(81.427)	(116.781)
Total despesas administrativas	(27.450)	(803)	(1.253.942)	(1.028.943)

27 Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Juros	(194.421)	(214.240)	(376.057)	(373.109)
Variações cambiais e monetárias passivas	-	-	(42.337)	(2.760)
Ajuste a valor presente - AVP	-	-	(5.834)	(11.419)
Arrendamento mercantil - IFRS 16	-	-	(91.744)	-
Outras	(6.101)	(9.719)	(34.539)	(36.884)
Total despesa financeira	(200.522)	(223.959)	(550.511)	(424.172)

Juros	2.118	2.238	64.891	49.799
Variações cambiais e monetárias ativas	-	-	26.843	406
Outras	265	397	923	988
Total receita financeira	2.383	2.635	92.657	51.193
Total resultado financeiro, líquido	(198.139)	(221.324)	(457.854)	(372.979)

28 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(134.632)	(86.151)	(165.833)	(28.874)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	45.775	29.291	56.383	9.817
Exclusões (adições) permanentes				
Resultado de Equivalência patrimonial	(31.186)	(46.496)	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	(54.732)	(59.500)
Despesas indedutíveis (i)	-	-	474	2.332
Outros Ajustes				
Lucro Presumido (ii)	-	-	2.409	(5.107)
Imposto diferido não constituído sobre prejuízo fiscal	(14.589)	(17.205)	-	-
Outros	-	-	(90.432)	(63.368)
	-	-	17.800	(8.724)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(64.243)	(30.628)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	82.043	21.904
Total	-	-	17.800	(8.724)
Alíquota Efetiva	-	-	(11%)	30%

- (i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como: despesas com multas, doações, brindes e certas provisões;
- (ii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da DASA adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 8% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas;

A alíquota fiscal combinada utilizada nas apurações de 2019 e 2018 é de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária do País.

Impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e provisões temporárias

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

De acordo com a CPC 32, a Companhia e suas controladas, baseada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, por meio de estudo técnico aprovado pela administração, reconhece os créditos e débitos tributários sobre diferenças temporárias dedutíveis e sobre os prejuízos fiscais e bases negativas acumuladas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo e do passivo fiscal diferidos é revisado trimestralmente e as projeções revisadas anualmente.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, está apresentada a seguir:

	Balço Patrimonial		Resultado
	Consolidado		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Prejuízo fiscal base negativa	490.560	354.766	135.794
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosa, inadimplência e cheques devolvidos	43.716	30.361	13.355
Provisão serviços médicos especializados	6.098	14.580	(8.482)
Provisões diversas	100.411	61.357	39.053
Provisão para obsolescência	3.540	3.152	388
Ajuste a valor presente - AVP	5.626	4.730	896
Provisão para contingência	27.450	28.399	(949)
Reversão Revisão da vida útil do imobilizado	24.385	17.993	6.392
Outros	(5.546)	15.727	(10.181)
Diferido na incorporação reversa de controladora	255.938	291.202	(65.549)
Amortização de ágio	(608.378)	(573.458)	(34.920)
Intangível identificado nas aquisições de participações	(64.055)	(67.559)	3.504
Outros	(3.761)	(6.502)	2.741
Imposto de renda e contribuição social diferido - Passivo	245.669	174.748	82.043

Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Variação patrimonial que não afeta resultado

Imposto diferido s/ prejuízo fiscal utilizado na liquidação do PERT	315
---	-----

Imposto de renda e contribuição social diferido - Variações resultado	82.358
--	---------------

Refletido no balanço patrimonial de seguinte maneira:

Ativo fiscal diferido	224.385	169.095
Passivo fiscal diferido	(147.995)	(174.748)
Imposto de renda e contribuição social diferido - Passivo	76.390	(5.653)

Reconciliação do Passivo fiscal diferido

Saldo de abertura - 31 de dezembro de 2018	(5.653)
Despesa de imposto reconhecida no resultado	82.358
Impostos diferidos utilizado na liquidação do Pert	(315)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	76.390

A Administração da DASA considera que os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativo decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção das contingências e realização dos eventos que originaram as provisões para perdas.

A DASA não identificou indicadores de não recuperação dos impostos diferidos durante o período findo em 31 de dezembro de 2019.

Com relação aos tributos ativos decorrentes de prejuízos fiscais e base negativa consolidadas, a DASA estima recuperar os créditos tributários conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Consolidado
2021	13.522
2022	21.196
2023	26.517
2024	33.339
2025 em diante	395.986
	490.560

29 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros:

- risco de mercado
- risco de liquidez
- risco de crédito
- risco operacional

A Companhia e suas controladas gerenciam os riscos aos quais está exposta por meio da definição de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança, de acordo com critérios objetivos para diversificação de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas da Companhia e suas controladas, o sistema está baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com uma estrutura de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração e comitês institucionais, os quais são responsáveis, dentre outras atribuições, pela supervisão da efetividade e integridade dos processos de controles internos e gestão de riscos, até as diversas áreas da Companhia e suas controladas na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos.

A Companhia e suas controladas possuem um ambiente de controles internos desenhado para suportar a natureza, risco e complexidade de suas operações, baseado em políticas e procedimentos formalizados e divulgados a toda a organização, bem como áreas dedicadas e ferramentas específicas de monitoramento de riscos.

O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado nas estruturas de Controles Internos e *Compliance* (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas) que proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos.

e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A partir da identificação, avaliação e monitoramento dos principais riscos são elaborados planos de ação específicos, garantindo que melhorias sejam implementadas.

Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos.

Riscos de mercado

Tratam-se dos riscos relacionados a ativos e passivos cujos fluxos de caixa ou valores presentes estejam expostos à:

- a) Risco cambial: Risco de perda ou ganho em função da variação da cotação das moedas estrangeiras. Tal qual no risco cambial, a principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de câmbio será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela BM&F Bovespa e outras fontes (por exemplo, Banco Central) para controle das variações cambiais envolvidas em nossas operações.
- b) Risco de mercado de juros: Risco da flutuação da taxa de juros que incorrerá em aumento da despesa ou diminuição da receita financeira. Juros pré-fixados mantidos até o vencimento, permitem a certeza dos fluxos de caixa. Juros pós-fixados trazem volatilidade ao desembolso futuro de juros. A principal ferramenta para controle do risco relacionado à taxa de juros será a posição diária da tesouraria, a qual se baseará em relatórios providos pela BM&F Bovespa para controle das taxas de juros envolvidas em nossas operações.

Os principais riscos de mercado para a Companhia e suas controladas são as eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio. Em razão disso, a Companhia e suas controladas buscam proteção para os riscos de liquidez, por meio de instrumentos financeiros tais como aplicações financeiras, captações de empréstimos para capital de giro, captação de recursos mediante a emissão de debêntures, todas em condições normais de mercado.

Toda operação financeira é submetida ao Comitê Executivo da Companhia e suas controladas e posteriormente para validação pelo Conselho de Administração e/ ou seus órgãos consultivos auxiliares. No caso da exposição cambial e exposição de juros, as diretrizes são definidas pelo Conselho de Administração e operacionalizadas pelo departamento da Tesouraria, visto depender de variáveis componentes do cenário econômico. O departamento de Tesouraria fornece mensalmente ao Comitê Executivo da Companhia e suas controladas uma posição atualizada da exposição da Companhia e suas controladas aos riscos de mercado, mediante apresentação de relatórios, documentos e contratos, que permite a verificação do cumprimento da Política.

Além disso, para os riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estiverem expostas, é obrigatória a elaboração mensal por parte do departamento de Tesouraria de análise de sensibilidade (*stress test*), às taxas de 25% e 50% de variação em relação às taxas originais, de forma a se avaliar a elasticidade destas posições quando submetidas a grandes variações nas taxas envolvidas nestas transações e seu impacto nos resultados e nas posições de caixa da Companhia e suas controladas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de um evento não previsível ocorrer ou erro no cálculo da necessidade de liquidez que irá impactar nas decisões de investimento ou no dia-a-dia da Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do

monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela combinação dos perfis de vencimentos dos ativos e passivos financeiros, seguindo o seguinte direcionamento:

- a) Gerenciamento de caixa de curto prazo - Gerenciamento dos ativos líquidos e linhas de crédito para cobrir necessidades imediatas. Periodicidade: Diária. Prazo: D+1 (em dias úteis);
- b) Gerenciamento de caixa de longo prazo – Processo contínuo para garantir recursos de longo prazo, por meio da análise do orçamento de caixa em base mensal, atualizando as premissas orçadas de acordo com as necessidades do negócio, e comparação entre realizado *versus* orçado. Periodicidade: Mensal. Prazo: 5º. dia útil do mês subsequente ao da data base do relatório;
- c) Manutenção de um caixa mínimo – Refere-se ao saldo de caixa que a Companhia e suas controladas repõe em curtíssimo prazo de tempo para suprir suas necessidades urgentes. Além disso, adota-se como critério que o caixa tem que ter recursos suficientes para cobrir os cinco piores fluxos diários de um mês, sem considerar recebimento;
- d) Limites de exposição e mitigadores de riscos - A área de tesouraria mantém em linhas de curto prazo entre aplicações de caixa com liquidez imediata e linhas de capital de giro, o volume suficiente para garantir pelo menos o montante igual aos cinco maiores dias consecutivos de saída de caixa dos últimos 12 meses.

Para linhas de médio prazo e longo prazo, a tesouraria mantém linhas de crédito compatíveis com o planejamento estratégico da Companhia sempre com objetivo de garantir a disponibilidade de recursos para suprir o fluxo de caixa previsto.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros consolidados contratados até 31 de dezembro de 2019:

Consolidado	Vencimento				
Operação	2020	2021	2022 a 2023	2024 em diante	Total
Fornecedores	393.650	11.659	11.605	-	416.914
Empréstimos bancários e financiamentos	68.565	9.989	14.579	15.676	108.809
Debêntures	152.589	3.322.068	1.081.583	1.348.611	5.904.851
Impostos parcelados	4.994	2.356	3.145	6.037	16.532
Contas a pagar por aquisição de controladas	109.088	210.006	17.190	72.424	408.708
	728.886	3.556.078	1.128.102	1.442.748	6.855.814

Risco de crédito

Trata-se do risco de perda resultante da incapacidade da contraparte em cumprir com suas obrigações contratuais de pagamento à Companhia e suas controladas, conforme assumido em contrato. O principal mitigador deste risco se dará por meio do processo de análise de crédito, e a mensuração deste risco ao longo do tempo se baseará, principalmente, na apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa por inadimplência, glosas e cheques.

A Companhia e suas controladas estão subordinadas à política de crédito fixada por sua administração

e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência por glosas dos convênios. As controladas da Companhia possuem ainda, a provisão para créditos de liquidação duvidosa por inadimplência, glosas e cheques devolvidos de 9,49% (10,52% em 31 de dezembro de 2018) do saldo de contas a receber em aberto para fazer face ao risco de crédito.

Em 31 de dezembro de 2019, a exposição máxima no consolidado era de R\$ 1.926.994 (R\$ 1.900.013) em 31 de dezembro de 2018) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e as contas a receber.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia e suas controladas.

O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e controladas e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia e suas controladas para a administração de riscos operacionais.

a. Os valores estão informados líquidos dos custos de transação.

A Companhia e suas controladas podem alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, estratégicas ou operacionais, visando aperfeiçoar a gestão da dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu retorno sobre o capital investido (ROIC) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos.

Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros em: i) custo amortizado e ii) valor justo por meio do resultado.

Hierarquia de valor justo

A Companhia e suas controladas somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes às aplicações financeiras nos valores consolidados de R\$ 950.390 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 1.085.443 em 31 de dezembro de 2018).

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve alteração de classificação de níveis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI para Notas Promissórias, Debêntures e aplicações financeiras e atrelados à variação do dólar para Empréstimos bancários e financiamentos e aplicações financeiras.

As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e as demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras consolidadas, ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos cenários baseados na projeção e a partir desta foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira / (receita financeira) bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2019. Por não gerar resultado financeiro, as aplicações que garantem os pagamentos de contingências que vierem a ser exigidos de empresas adquiridas, R\$ 41.483 em 31 de dezembro de 2019, não foram consideradas nesta projeção.

Operação	Saldo em 31/12/19	Risco (a)	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aplicação Financeira	950.390	CDI	40.147	30.110	20.073
			4,22%	3,17%	2,11%

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas no consolidado, ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos 03 cenários baseados na projeção e a partir desta foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2019. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2019, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/19	Risco (a)	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Debêntures	5.904.851	CDI	265.718	332.148	398.577
Notas promissórias	56.978	CDI	2.565	3.207	3.848
			4,50%	5,63%	6,75%

(a) Taxa sujeita à variação

30 Partes relacionadas

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a controlada DASA manteve transações com partes relacionadas, conforme apresentadas a seguir:

a) Operações relacionadas à prestação de serviços realizada entre a DASA e empresas relacionadas

	Ativo circulante clientes		Passivo circulante – Outras contas a pagar		Receita de serviços		Custos dos serviços prestados	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
CientificaLab (ii)	324	1.292	-	-	5.226	5.745	-	573
CERPE	0	-	-	-	-	2.172	-	-
Previlab	1045	525	-	-	6.467	6.112	-	-
Gaspar	148	237	-	-	2.047	3.224	-	-
Gilson Cidrim	-	-	-	-	-	1.107	-	-
Oswaldo Cruz	-	-	-	-	-	78	-	-
Leme	-	-	-	-	-	3.214	-	-
Vital Brasil	-	-	-	-	-	60	-	-
Salomão Zoppi	273	230	-	-	1.977	1.790	-	-
Santa Luzia	386	543	-	-	2.053	1.836	-	-
MOB	-	234	-	-	290	1.142	-	-
Deliberato	259	107	-	-	1.420	416	-	-
Padrão Ribeirão	12	9	-	-	160	10	-	-
Valeclin	388	4	-	-	1.280	5	-	-
Insitus	28	-	-	-	228	-	-	-
Ruggeri	-	-	-	-	392	-	-	-
São Camilo	118	-	-	-	686	-	-	-
Itulab	41	-	-	-	199	-	-	-
Dresch	172	-	-	-	157	-	-	-
CPCLIN	9	-	-	-	15	-	-	-
CRMI Petrópolis	-	-	75	72	-	-	1.030	773
DASA RE (i)	-	-	-	67	-	-	997	924
Insitus (ii)	-	-	-	-	-	-	-	14
	3.203	3.181	75	139	22.597	26.911	2.027	2.284

(i) Valores correspondentes a operações de aluguel de imóveis.

(ii) Valores correspondentes à prestação de serviços de análises clínicas.

As transações com partes relacionadas, conforme acima apresentadas, são realizadas a custo e são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Contratos de mútuos entre a DASA e suas controladas em 31 de dezembro de 2019

A Companhia possui contrato de mútuo com as suas controladas no montante de: Santa Luzia R\$36.610 (R\$ 34.154 em 2018); Padrão Ribeirão R\$ 503; e DB Genética R\$ 1.372, com taxas remuneratórias de 120% do CDI

c) Remuneração da administração

A remuneração total da administração foi de R\$ 18.556 no exercício de 2019 (R\$ 11.251 no exercício de 2018), incluindo a remuneração fixa e gratificações, sendo R\$ 3.456 no exercício de 2019 (R\$ 3.528 no exercício de 2018) para membros do Conselho de Administração (contou com 3 membros no exercício de 2019 e 3 membros no exercício de 2018), e de R\$ 15.110 no exercício de 2019 (R\$ 7.723 no exercício de 2018) para diretores estatutários (contou com 11 diretores estatutários no exercício de 2019 e 11 diretores no exercício de 2018). As movimentações ocorridas nas remunerações baseadas em

ações estão divulgadas na Nota explicativa 22. Não há benefícios adicionais destinados aos administradores da Companhia.

d) Operações realizadas entre a Companhia e outras partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas acordadas entre as partes, vigentes nas respectivas datas, e em condições de continuidade. As partes relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras individuais são:

- **Link Consultoria em Medicina Diagnóstica Ltda.:** Empresa controlada por Alcione Moya Aprilante, quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., empresa controlada da Companhia, que presta serviços de consultoria regional especializada em gestão de empresas no ramo médico, com conhecimento mercadológico, relacionamento com médicos da região onde atua a Previlab e reconhecimento de potenciais profissionais da área de saúde e clientes.

- **Amar Administradora de Bens Próprios Ltda.:** empresa de propriedade do Dr. Alcione Moya Aprilante e sua esposa, Melania Angelieri Cunha Aprilante. O Dr. Alcione é quotista da Previlab (empresa controlada pela Companhia) que é locadora dos imóveis de propriedade da AMAR que pertenciam à Melania Angelieri Cunha Aprilante.

- **César Antonio Biazio Sanches:** Quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., proprietário do imóvel locado por Previlab, empresa controlada pela Companhia.

- **A e C Consultores Ltda.:** Empresa controlada por Cezar Antonio Biázio Sanches, quotista da Previlab Análises Clínicas Ltda., empresa controlada da Companhia, que presta serviços de consultoria e assessoria empresarial na área de atividades da Previlab e de serviços de consultoria, instrução, treinamento e avaliação dos profissionais do quadro de empregados da Previlab e de seus prestadores de serviços.

- **Pesmed – Pesquisas e Serviços Médicos Ltda.:** Empresa que tem como sócio o Sr. Emerson Leandro Gasparetto, diretor médico executivo da Companhia (eleito em 26 de março de 2012) e sua esposa, também profissional médica, a Dra. Taisa Pallu Davaus Gasparetto, ambos remunerados pela prestação de serviços de consultoria em estudos e pesquisas médicas para a Companhia. Os valores são calculados com base no número de laudos efetivamente produzidos pela Pesmed, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da Companhia e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da Companhia.

- **RMR Ressonância Magnética Ltda.:** Empresa que tem como sócios detentores conjuntamente de 80% do seu capital social, irmãos do Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia (eleito em 26 de abril de 2011), que presta serviços médicos na área de ressonância magnética para a Companhia. Os valores são calculados com base na receita do serviço de ressonância magnética e número de laudos produzidos pela RMR, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela da Companhia e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da Companhia.

- **Ultrascan Serviços de imagem Ltda.:** Empresa que tem como sócio Eduardo Luiz Primo de Siqueira que também é detentor de 7,5% da Clínica de Ressonância Multi-Imagem Petrópolis Ltda., que presta serviços médicos na área de imagens para a controlada Clínica de Ressonância Multi-Imagem Petrópolis Ltda. Os valores são calculados com base na receita do serviço de imagem e número de laudos produzidos pela Ultrascan, observado o valor correspondente para cada tipo de laudo, conforme tabela

da empresa controlada e observando a mesma sistemática adotada para os demais prestadores de serviços da empresa controlada.

- **ECRD – Serviços Médicos de Radiologia Ltda.:** Empresa que tem como sócio Roberto Cortes Domingues irmão do Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia, que presta serviços médicos na área de ressonância magnética e radiologia para a Companhia.

- **Grupo Amil (Amil Internacional; Amil Par; Amico e Dix):** Empresa para a qual a Companhia e suas controladas prestam serviços de medicina diagnóstica, bem como a Companhia e suas controladas também contrataram do Grupo Amil serviços de administração de plano de saúde para seus colaboradores, tem como acionistas Camilla de Godoy Bueno Grossi e Dulce Pugliese de Godoy Bueno, acionistas da Companhia, e também o Sr. Pedro de Godoy Bueno, acionista da Companhia e Diretor Presidente.

- **Impar Serviços Hospitalares:** Empresa que detém participações em hospitais onde a Companhia e suas controladas prestam serviços de medicina diagnóstica, tem como acionistas Camilla de Godoy Bueno Grossi e Dulce Pugliese de Godoy Bueno, acionistas da Companhia, e também o Sr. Pedro de Godoy Bueno, acionista da Companhia e Diretor Presidente.

- **PTR 7 Investimentos Imobiliários Ltda.:** Empresa a qual tem imóveis locados com a Companhia e suas controladas, tem como acionista direto o Sr. Pedro de Godoy Bueno, acionista da Companhia e Diretor Presidente e como acionistas indiretas Camilla de Godoy Bueno Grossi e Dulce Pugliese de Godoy Bueno, acionistas da Companhia.

- **Ecolimp Sistemas de Serviços Ltda.:** Empresa que presta serviços de limpeza e conservação para a Companhia, controlada pelo Sr. Rodolpho Ricci, primo do Diretor Presidente, Sr. Pedro de Godoy Bueno.

- **Conexa Saúde Serviços Médicos Ltda.:** Empresa prestadora de serviços tem como controlador Fernando Domingues, filho do Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia.

- **BFL Empreendimentos Imobiliários Ltda.:** Empresa controlada pelo Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia, que mantém contrato de locação de imóvel com a Companhia.

- **Seven Seas Partner - Saúde e Prevenção Ltda-ME:** Empresa franqueada da Companhia, controlada pelo Sr. Romeu Cortês Domingues, presidente do Conselho de Administração da Companhia, que mantém contrato de prestação de serviços

- **EG1 Consultoria e Serviços Médicos Ltda. - EPP:** Empresa prestadora dos serviços de coordenação dos elementos relacionados aos exames de neuroradiologia, que tem como controlador Sr. Leonardo Modesti Vedolin, diretor de produção dos serviços de radiologia e diagnósticos por imagem da Companhia.

- **VIDA - Posto de Coleta Ltda.:** Empresa franqueada da Companhia, controlada pela Dra. Natasha Shlessarenko Fraife Barreto, diretora médica da Companhia, que mantém contrato de prestação de franquia.

- **JNZ Participações.:** Empresa que mantém contrato de locação de imóveis com o Laboratório Médico Santa Luzia S/A. A JNZ tem como sócios: Alexandra Zunino, Daniela Zunino, Gisele Zunino, Marlene Zunino e Gabriel Zunino, que também são detentores de 49,99% da controlada da Companhia o Laboratório Médico Santa Luzia S/A.

- **Nilton Cezar Zunino:** Empresa que presta serviços de informática a controlada da Companhia, Laboratório Médico Santa Luzia S/A, tem como sócio o Sr. Nilton Zunino, que também mantém participação na controlada da Companhia, Laboratório Médico Santa Luzia S/A.

- **Localiza Rent a Car S.A.:** Empresa que presta serviços de locação de carros a Companhia, tem como conselheiro o Sr. Pedro de Godoy Bueno, acionista da Companhia e Diretor Presidente.

- **PHD Serviços De Coleta Ltda.:** Empresa franqueada da Companhia, controlada pelo Sr. Danilo Rodrigues, esposo da Dra. Claudia Cohn, diretora da Companhia, que mantém contrato de prestação de franquia.

- **EDAN Serviços De Coleta Ltda.:** Empresa franqueada da Companhia, controlada pelo Sr. Danilo Rodrigues, esposo da Dra. Claudia Cohn, diretora da Companhia, que mantém contrato de prestação de franquia.

A seguir, estão demonstrados os valores das operações realizadas com as empresas acima:

	Saldos Ativos / (Passivos) em 31/12/2019			Saldos Ativos / (Passivos) em 31/12/2018		
	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde
- Link Consult. em Medicina Diag. Ltda.	(16)	-	-	(16)	-	-
- Amar Admin. de Bens Próprios Ltda.	-	(31)	-	-	(31)	-
- César Antonio Biazio Sanches	-	(9)	-	-	(6)	-
- A e C Consultores Ltda.	(23)	-	-	(24)	-	-
- Grupo AMIL (AMIL Internacional, Amil Par, Amico e Dix) (a)	134.328	-	(2.670)	118.240	-	(1.508)
- Impar Serviços Hospitalares	25.104	-	-	18.537	-	-
- PTR7 Investimentos Imobiliários Ltda.	-	(1.407)	-	-	(1.405)	-
- Ecolimp Sistemas de Serviços Ltda.	-	-	-	(152)	-	-
- BFL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	(168)	-	-	(162)	-
- Seven Seas Partner Saúde e Prev. Ltda.	(69)	-	-	(61)	-	-
- VIDA - Posto de Coleta Ltda.	(45)	-	-	(37)	-	-
- JNZ Participações S/A	-	(114)	-	-	(110)	-
- Localiza Rent a Car S.A.	(41)	-	-	-	-	-

(a) O valor informado de saldos ativos por serviços prestados pela Companhia e suas controladas é líquido da provisão por glosa, bem como, de descontos financeiros.

	Receitas / (Despesas)			Receitas / (Despesas)		
	31/12/2019			31/12/2018		
	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde	Serviços	Aluguéis	Planos de Saúde
- Link Consult. em Medicina Diag. Ltda.	(256)	-	-	(255)	-	-
- Amar Admin. de Bens Próprios Ltda.	-	(373)	-	-	(369)	-
- César Antonio Biazio Sanches	-	(96)	-	-	(78)	-
- A e C Consultores Ltda.	(379)	-	-	(430)	-	-
- Pesmed – Pesq. e Serv. Médicos Ltda.	(720)	-	-	(740)	-	-
- RMR Ressonância Magnética Ltda.	(2.378)	-	-	(2.164)	-	-
- Ultrascan Serviços de imagem Ltda.	(281)	-	-	(290)	-	-
- ECRD Serv. Médicos de Radiologia Ltda.	(3.033)	-	-	(2.574)	-	-
- Grupo AMIL (AMIL Internacional, Amil Par, Amico e Dix)	740.036	-	(57.790)	722.951	-	(43.842)
- Ímpar Serviços Hospitalares	84.691	-	-	69.937	-	-
- PTR7 Investimentos Imobiliários Ltda.	-	(17.083)	-	-	(15.764)	-
- Ecolimp Sistemas de Serviços Ltda.	(353)	-	-	(11.022)	-	-
- BFL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	(2.005)	-	-	(1.894)	-
- Seven Seas Partner Saúde e Prev. Ltda.	(833)	-	-	(819)	-	-
- VIDA - Posto de Coleta Ltda.	(553)	-	-	(370)	-	-
- Conexa Saúde Serviços Médicos Ltda.	(23)	-	-	-	-	-
- Alexandre de Barros Serv. Adm. Eireli ME	-	-	-	(400)	-	-
- JNZ Participações S/A	-	(1.332)	-	-	(1.220)	-
- Nilton Cezar Zunino	(75)	-	-	-	-	-
- Localiza Rent a Car S.A.	(647)	-	-	(105)	-	-
- PHD Serviços de Coleta Ltda.	(349)	-	-	(323)	-	-
- EDAN Serviços de Coleta Ltda.	(936)	-	-	(724)	-	-

31 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019, o total de cobertura de seguros da controlada DASA era de R\$ 345.895, sendo R\$ 50.000 para lucros cessantes e R\$ 295.895 para danos materiais.

32 Eventos subsequentes

Aumento de capital social

Em 7 de novembro de 2019, o Conselho de Administração da DASA aprovou a proposta de aumento do capital social da DASA a ser integralizado mediante a conferência da totalidade das ações de emissão da Ímpar Serviços Hospitalares S.A., empresa do segmento hospitalar do mesmo grupo econômico. A Operação foi aprovada pelos acionistas em assembleia geral convocada para o dia 22 de novembro de 2019. Após a homologação do aumento de capital, ocorrida em 23 de janeiro de 2020, a Ímpar passou a ser uma subsidiária integral da DASA. A Operação visa facilitar e agilizar o desenvolvimento de novos negócios de ambas as partes, acelerar inovações tecnológicas e ofertas de serviços em modelo de remuneração diferenciados, bem como identificar oportunidades de melhor otimização de seus recursos, atendendo aos interesses de ambas as sociedades e seus acionistas

ALLBROKERS Brasil Corretora de Seguros Ltda.

Em reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 29 de janeiro de 2020, foi realizada a resilição da aquisição de participação societária representativa de 100% do capital social da Allbrokers Brasil Corretora de Seguros Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A aquisição das quotas e direitos de crédito relativos à Sociedade será efetivada pela controlada DASA.

Em reunião do conselho de administração da DASA realizada em 17 de fevereiro de 2020, foi aprovada a aquisição de participação societária representativa de 100% do capital social da Allbrokers Brasil Corretora de Seguros Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A administração da DASA avaliará se a aquisição enquadra-se nas hipóteses previstas no artigo 256 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, e sendo esse o caso, a submeterá à ratificação pelos acionistas da DASA em assembleia geral.

Recebimento Auto de Infração

A DASA recebeu, em 20 de fevereiro de 2020, duas multas de ofício decorrentes de processo de fiscalização de IRPJ dos exercícios de 2017 e 2018, onde o Fisco alega inexatidão nas declarações acessórias, decorrentes de inconsistências de preenchimento de ECF. Referidos autos têm valor total de R\$ 122 milhões e a Administração da DASA, em conjunto com seus assessores jurídicos, entendem que o êxito na defesa de tais autos é possível com viés positivo, face à perspectiva de que a DASA não deixou de cumprir tais obrigações legais acessórias e ainda contempla a correção de tais obrigações, sem que tal penalidade seja na integralidade aplicada.

Aquisição de ações – Diagnósticos da América S.A – DASA

Em 26 de março de 2020 foi assinado o contrato de compra e venda de ações entre a Companhia e o Sr. Romeu Cortês Domingues. No presente contrato foram adquiridas 181.819 (cento e oitenta e um mil, oitocentas e dezenove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da DASA, pelo preço total de R\$ 10.000.045 (dez milhões e quarenta e cinco reais).

COVID-19 – Impacto nas demonstrações financeiras

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável relacionado aos ágios.

Entretanto, a Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes principais medidas foram tomadas:

- Renegociações dos contratos com os fornecedores da Companhia e de suas controladas, para alinhar a aquisição de insumos para produção com as expectativas relacionadas à futura demanda para os produtos das suas controladas, considerando o cenário atual do surto.
- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários das controladas, como o objetivo de reduzir as despesas salariais no curto e médio prazo, tais como suspensão de novas contratações e adesão à MP 936/2020.

* * *

Pedro de Godoy Bueno
Diretor Presidente

Claudete Correa
Diretora Executiva